Carlos W. Porter

NAO CULPADOS EM NUREMBERG

Depõem os defensores dos alemães em Nuremberg

AAARGH

Do mesmo autor:

MADE IN RUSSIA: THE HOLOCAUST <O Holocausto como propaganda comunista>: Fotocópias do processo verbal de Nuremberg: sabão de gordura humana, meias de cabelo humano, execuções a vapor escaldante, por eletricidade, cremações com bombas atômicas, etc. "As mentiras mais gigantescas de todos os tempos". 412 páginas; em inglês. Disponível ($5) com Historical Review Press, P.O. BOX 62, UCKFIELD SUSSEX, ENGLAND TN22 1ZY.

JAPS ATE MY GALL BLADDER: Phony atrocity tales of WWII <JAPAS COMERAM MINHA VESICULA BILIAR: RELATOS DE FALSAS ATROCIDADES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL> Citações literais dos processos por crimes de guerra: sopa japonesa de fígado e baço humanos, câmara de gás em Dachau, paletós de couro humano, Holocausto, etc; 40 páginas; em inglês. Disponível em REMARKS, PO Box 234, Aurora, NY 13026-026 (Estados Unidos).

Veem Porter Website : http://www.cwporter.com/

Final revision March 6 1996

Dedicated to S. E. Castan

INTRODUCAO

Reescrever a História é coisa tão antiga quanto a própria História.

Os *Anais* de Tácito, por exemplo (xv 38), mencionam um boato de que Nero ateou fogo a Roma; tal "boato" foi mais tarde repetido pelos historiadores romanos como sendo um fato (Suetônio, *Nero,* 38: Dio Cassius, *Epistolae*, lxii 16; Plínio, *Naturalis Historia*, xvii 5).

Escritores posteriores submeteram esse "fato" a exame e reduziram tal "fato" à categoria de mero boato.

Em 1946 era "fato provado" que os nazistas haviam feito sabão de seres humanos (*Julgamento, Tribunal de Nuremberg*, IMT I 252 «283»; VII 597-600 «656-659»; XIX 506 «566-567»; XXII 496 «564»).

Esse "fato", desde então, ao que parece, tornou-se mero "boato" (Hilberg, "revisão definitiva", *Destruição dos Judeus Europeus*, Holmes e Mayer, NY, pg. 966: "Até o dia de hoje a origem do boato de fabrição de sabão humano não foi confirmada").

O "boato" juridicamente sem provas e de origem soviética (Mostra USSR 393) (uma garrafa de sabão, um jarro que cheira mal) se encontra no Palácio da Paz de Haia. Os funcionários desse Palácio da Paz o mostram a visitantes atentos e lhes dizem que é autêntico mas, ao que parece, não respondem cartas mandadas por pessoas que pedem que o sabão seja posto à prova.

Em 1943 corria o "boato" de que os nazistas estavam matando os judeus com vapor, fritura, escaldamento, eletrocução, vácuo e gás; (como exemplo, *The Black Book: The Nazi Crime Against the Jewish People*, pp. 270, 274, 280, 313, apresentados como "provas" à comissão de Nuremberg).

Em 1946 os "gaseamentos" haviam-se tornado "fatos", enquanto as vaporizações, frituras, escaldamentos, eletrocuções, aspiradorizações, continuavam a ser mero "boato". (Nota: as "vaporizações" foram "provadas" no Julgamento de Pohl, Quarto Julgamento de Nuremberg, NMT IV, 1119-1152).

A "prova" de que os nazistas "gaseavam" judeus não se mostra melhor, em qualidade, do que a "prova" de que eles vaporizavam, fritavam, escaldavam, eletrocutavam ou aspiradorizavam; parece legítimo chamar tal "prova" ao banco dos réus.

Este livro contém o que não é uma história reescrita, porém simples guia de material histórico que foi esquecido. Os 312.022 depoimentos juramentados e autenticados pela lei, apresentados pela defesa no Primeiro Julgamento de Nuremberg, se viram esquecidos, enquanto os 8 ou 9 depoimentos juramentados apresentados pela acusação, a promotoria, e que os "desmentiam", são lembrados (XXI 437 «483»).

Este livro contém grande número de referências aos números das páginas. Os mesmos não se destinam a confundir, impressionar ou intimidar o leitor, nem a comprovar a veracidade da matéria por eles declarada e sim a ajudar as pessoas interessadas em pesquisar por conta própria à busca da verdade dos fatos, descobrir a realidade dos mesmos, verificar o que verdadeiramente ocorreu.

Se as declarações apresentadas pela defesa são documentos mais idôneos do que os apresentados pela acusação e referentes a sabão humano (Documento 397), meias de calçar em cabelo humano (Documento USSR-511), hamburgers em carne humana (Mostra 1873, Julgamento de Tóquio), etc., caberá ao leitor decidir.

N.B.:

IMT = International Military Tribunal, (Julgamento Internacional de Nuremberg em 4 linguas)

NMT = National Military Tribunal, (julgamentos americanos de Nuremberg em inglês)

Ante a falta de mais indicoes ao contrario, toda paginação refere-se à edição americana do IMT.

« » = paginação almã do IMT.

MARTIN BORMANN

Bormann foi acusado de "perseguir a religião", e de muitos outros crimes. O defensor de Bormann, o Dr. Bergold, fez ver que muitos países modernos (referia-se à União Soviética) são declaradamente ateus e que ordens proibindo sacerdotes de ocupar altos cargos partidários (isto é, cargos no Partido Nazista) não podiam ser chamadas de "perseguição". Nas palavras do Dr. Bergold:

"O Partido é descrito como criminoso, como conspiração. Será crime excluir determinadas pessoas da participação em uma conspiração criminosa? Isso é considerado crime?" (V 312 «353»).

Foram apresentados documentos nos quais Bormann proibia a perseguição à religião e permitia expressamente que a religião fosse ensinada (XXI 462-465 «512-515»). Uma das condições dessa ordem era a de que todo o texto bíblico tinha de ser usado; partes apagadas, distorções ou manipulações do texto eram proibidas. As igrejas receberam subsídios do governo até o final da guerra. Devido à escassez de papel durante a guerra foram impostas restrições à impressão de todos os jornais, não apenas os religiosos (XIX 111-124 «125-139»; XXI 262-263; 346; 534; 539; «292-293; 383; 589; 595»; XXII 40-41 «52-53»).

O defensor de Bormann não teve grandes problemas para demonstrar que Bormann não podia ser condenado por crime sob as leis de país algum, já que se torna claro que os estenógrafos não são criminalmente responsabilizáveis por todos os documentos que assinem. Não ficou claro em que medida Bormann agiu meramente como estenógrafo ou secretário. Para a acusação, no entanto, a lei não vinha ao caso e Bormann foi sentenciado à forca. A sentença deveria ser levada a efeito imediatamente, deixando de lado extenso testemunho de que ele fora morto pela explosão de um tanque e provavelmente não se encontraria em um só pedaço, o que apresentava certos problemas de natureza prática (XVII 261-271 «287-297») na execução da sentença.

"ORGANIZACOES CRIMINOSAS"

As provas da defesa quanto às "organizações criminosas" consistem no depoimento de 102 testemunhas e 312.022 declarações juramentadas (XXII 176 «200»).

A expressão "criminosas" jamais foi definida nesse julgamento (XXII 310 «354»; e também XXII 129-135 «148-155»).

Tampouco ficou definido quando tais organizações se tornaram "criminosas" (XXII 240 «272-273»). O próprio Partido Nazista foi declarado "criminoso" a partir de 1920 (XXII 251 «285») ou então, talvez, apenas em 1938 (XXII 113 «130») ou, ainda, não fosse criminoso, em absoluto (II 105 «123»).

As declarações juramentadas, em número de 312.022, foram apresentadas a uma "comissão" e as provas apresentadas a essa "comissão" não surgem nos anais do Julgamento de Nuremberg. Os Arquivos Nacionais de Washington, USA, não possuem cópia dos autos da comissão, jamais ouviram falar neles e não sabem do que se trata. Das 312.022 declarações juramentadas, apenas algumas dúzias foram traduzidas ao inglês, de modo que o tribunal não as pôde ler (XXI 287, 397-398 «319, 439»).

O presidente do tribunal, Sir Geoffrey Lawrence, não entendia alemão; tampouco Robert Jackson, acusador nesse "julgamento", conhecia esse idioma.

Devido a alteração de último momento, que foi efetuada (XXI 437-438, 441, 586-587 «483-485, 488, 645-646»), muitas outras declarações foram recusadas, em bases legais (XX 446-448 «487-489»).

A "comissão" preparou "resumos" que foram apresentados ao tribunal (milhares de depoimentos afirmando o tratamento humano proporcionado aos prisioneiros, etc). Tais resumos não foram levados em conta como prova. O tribunal prometeu ler os 312.022 testemunhos antes de formar seu veredito (XXI 175 «198»); quatorze dias depois foi anunciado que os 312.022 testemunhos não eram verdadeiros (XXII 176-178 «200-203»).

Em seguida um depoimento isolado, apresentado pela acusação, Documento D-973, foi tido como tendo "rebatido" 136.000 declarações juramentadas, apresentadas pela defesa (XXI 588; 437, 366 «647, 483-484, 404»).

As 102 testemunhas foram forçadas a aparecer e depor ante a "comissão" antes de se apresentarem ao tribunal. Em seguida, 29 dessas testemunhas (XXI 586 «645»), ou 22 delas (XXII 413 «468») puderam se apresentar ao tribunal porém seu depoimento não teve permissão para ser "cumulativo", ou seja, não puderam repetir seu depoimento perante a "comissão" (XXI 298, 318, 361 «331, 352, 398-399»).

Em seguida, seis declarações juramentadas apresentadas pela acusação foram tidas como havendo "desmentido" o depoimento das 102 testemunhas (XXI 153 «175», XXII 221 «251»).

Uma dessas declarações juramentadas estava redigida em polonês, de modo que a defesa não a pôde ler (XX 408 «446»). Outra era de judeu chamado Szloma Gol, afirmando ele ter desenterrado e cremado 80.000 corpos, entre esses o de seu próprio irmão (XXI 157 «179», XXII 220 «250»). (Nos anais britânicos ele somente inumou 67.000 cadáveres.)

A acusação já encerrara sua apresentação quando isso ocorreu (XX 389-393, 464 «426-430, 506»; XXI 586-592 «645-651»).

Em seguida a acusação declarou em sua carga final que 300.000 declarações juramentadas tinham sido apresentadas ao tribunal e haviam sido examinadas durante o julgamento, dando a impressão de que se tratava de documentos dela, da acusação (XXII 239 «272»).

Na verdade a acusação atravessou todo o julgamento sem mais do que algumas declarações realmente importantes e dela própria. Vejamos, por exemplo, XXI 437 «483», onde oito ou nove declarações foram apresentadas pela acusação contra 300.000 pela defesa; ver também XXI 200 «225»; 477-478 «528-529»; 585-586 «643-645»; 615 «686-687»).

Nos diversos julgamentos sobre os campos de concentração, como os julgamentos de Martin Gottfried Weiss, usou-se expediente mais simples: o mero emprego no campo, ainda que por apenas algumas semanas, foi tido como constituindo "conhecimento construtivo do Plano Comum". Esse "Plano Comum", naturalmente, não ficou definido. Não era necessário alegar atos específicos de mau trato ou mostrar que pessoa alguma houvesse morrido como resultado desse mau trato. 36 dos 40 acusados foram condenados à morte.

Os Anais da Comissão de Nuremberg se acham em Haia e preenchem metade de um depósito à prova de fogo e que vai do piso ao teto. O depoimento de cada testemunha foi datilografado com a numeração iniciando-se à página 1, depois redatilografado, com paginação consecutiva alcançando muitos milhares de páginas. Os primeiros rascunhos e a cópia final se acham em pastas, juntos, grampeados, em papel muito quebradiço, com grampos enferrujados. E absolutamente fora de dúvida que, a não ser em Haia, alguém tenha jamais lido esse material.

O resumo relacionado ao depoimento das 102 testemunhas aparece em sua maior parte em letra pequena, volumes XXI e XXII, nos Anais do Julgamento de Nuremberg. O tipo pequeno significa que trechos foram apagados no resumo final da defesa (de outra maneira o julgamento se teria estendido por tempo demais).

Esse material preenche centenas de páginas. Nos Anais publicados no Reino Unido cada palavra desse material desapareceu. Em inglês, 11 páginas em tipo pequeno estão

faltando entre os parágrafos 1 e 2 e à página 594 do Volume XXI. Os mesmos aparecem nos volumes em alemão (XXI 654, 664). A maior parte do resto parece encontrar-se lá.

Esse material cobre, por exemplo:

Guerra Total XIX 25 «32»
Reparações XIX 224-232 «249-259»
Sindicatos alemães XXI 462 «512»
Gestapo e campos de concentração XXI 494-530 «546-584»
Putsch de Röhm XXI 576-592 «635-651»
Noite de cristal XXI 590-592 «649-651»
Recolocação XXI 467-469, 599-603 «517-519, 669-674»
S.D. XXII 19-35 «27-47»
Armamentos XXII 62-64 «75-78»

Os 312.022 depoimentos provavelmente se encontram depositados em um arquivo alemão. O Julgamento do Tribunal de Nuremberg é impresso duas vezes, nos volumes I e XXII. Mostra-se importante obter os volumes em alemão e ler os julgamentos no volume XXII, em alemão. Alemão fraco, erros de tradução, etc, cometidos pelos americanos, foram corrigidos com notas ao pé de página. Erros desse tipo, em documentos, podem ser tomados como falsificações.

De um modo geral os volumes IMT em alemão são preferíveis aos americanos. Pés de página freqüentes, por todos esses volumes em alemão, alertam o leitor quanto a erros de tradução, documentos que desapareceram e cópias falsificadas (por exemplo, XX 205 do processo verbal alemão: "Esta frase não está presente no documento original").

Os volumes em alemão em livros de bolso são obteníveis em brochura na Delphin Verlag, Munique (ISBN 3.7735.2509.5). (Apenas os Anais; anais e volumes de documentos em inglês são obteníveis na Oceana Publications, Dobbs Ferry, NY, em microfilmes).

DOCUMENTOS

A versão padronizada dos acontecimentos é a de que os Aliados examinaram 100.000 documentos e escolheram 1.000, que foram trazidos como provas e que os documentos originais foram então depositados no Palácio da Paz em Haia. Tal versão apresenta grande inexatidão.

Os documentos usados como provas em Nuremberg consistiam em grande parte em "fotocópias" de "cópias". Muitos desses documentos originais foram escritos de fora a fora em papel comum, sem marcas manuscritas de qualquer tipo, por pessoas desconhecidas. De vez em quando encontra-se inicial ou assinatura ilegível de uma pessoa mais ou menos desconhecida, declarando o documento como "cópia verdadeira". As vezes encontram-se carimbos alemães, de outras não. Muitos desses documentos foram "encontrados" pelos russos, ou "selecionados" por Comissões Soviéticas de Crimes de Guerra.

O volume XXXIII, volume de documentos apresentados que peguei e examinei ao acaso, contém 20 interrogatórios ou declarações juramentadas, 12 fotocópias, 5 cópias sem assinaturas, 5 documentos originais com assinaturas, 4 cópias de material impresso, 3 cópias mimeografadas, 3 teletipos, 1 cópia de microfilme, 1 cópia assinada por outra pessoa e 1 sem especificação

Haia tem poucos documentos originais do tempo de guerra, se tiver algum. Também ali se encontram muitas "declarações juradas" originais e pós-guerra, ou declarações juramentadas, os anais da Comissão do Tribunal e muito material valioso da defesa. Tem também o "sabão humano" que jamais foi posto à prova e a "receita original de sabão humano" (Documento USSR-196) que é uma falsificação; mas, ao que parece, nenhum documento original alemão do tempo de guerra. Haia tem fotostáticas negativas de tais documentos em papel extremamente quebradiço e que foi grampeado. Para fotocopiar as fotostáticas os grampos são retirados e quando regrampeados, outros furos são feitos no papel. A maioria desses documentos não foi fotocopiada com freqüência e os funcionários em Haia dizem que é muito incomum alguém pedir para vê-los.

Os Arquivos Nacionais em Washington (ver o livro de Telford Taylor, *Uso de Documentos Alemães e Correlatos, Capturados*, Uma Conferência Nacional de Arquivos) afirma que os documentos originais estão em Haia. Haia afirma que os documentos originais se acham nos Arquivos Nacionais.

Os Stadtarchiv de Nuremberg e o Bundesarchiv Koblenz também não possuem documentos originais e ambos dizem que tais originais se encontram em Washington. Já que a maioria desses originais se acha, na maior parte, em forma de "cópias", é freqüente não se ter provas de que os documentos em questão tenham existido.

Robert Jackson (o juiz norte-americano que chefiou o julgamento) iniciou seus trabalhos citando os seguintes documentos forjados ou que não vinham ao caso: 1947-PS; 1721-PS, 1014-PS; 81-PS; 212-PS e muitos outros (II 120-142 «141-168»).

O Documento 1947-PS é a cópia da "tradução" de carta mandada pelo General Fritsch à Baronesa Schutzbar-Milchling. Mais tarde a baronesa assinou uma declaracão juramentada declarando jamais ter recebido a carta em questão (XXI 381 «420-421»).

A "carta" falsificada do General Fritsch à Baronesa Schutzbar-Milchling foi reconhecida como tal durante o julgamento e não se acha incluída entre os volumes de documentos, onde deveria aparecer em XXVIII 44. Jackson, todavia, não foi repreendido pelo tribunal (XXI 380 «420»).

Os americanos, entusiasmados, ao que parece forjaram quinze dessas "traduções", após o que os documentos originais tiveram sumiço total (ver Taylor, *Documentos Capturados*).

O Documento 1721-PS é falsificação na qual um homem da S. A. faz relatório a si próprio sobre como está levando a cabo uma ordem que é citada ipsis litteris no relatório. Marcas manuscritas às páginas 2 e 3 são falsificações evidentes de marcas à página 1 (XXI 137-141 «157-161»; 195-198 «219-224»; 425 «470»; XXII 147-150 «169-172». Ver também Testemunho A Comissão, Fuss, 25 de abril, e Lucke, 7 de maio de 1946). Os Arquivos Nacionais têm uma fotostática positiva do Documento 1721-PS e Haia tem uma fotostática negativa. Tal "original" é fotocópia (XXVII 485).

O Documento 1014-PS é um discurso de Hitler, falsificado, escrito em papel comum por pessoa desconhecida. O documento apresenta o cabeçalho "Segundo Discurso" embora seja sabido que Hitler proferiu apenas um discurso naquela data. Existem quatro versões desse discurso, três delas falsificações: 1014-PS, 798-PS, L-3 e uma versão autêntica, Ra-27 (XVII 406-408 «445-447»; XVIII 390-402 «426-439»).

Essa terceira falsificação, o Documento L-3, ostenta carimbo de laboratório do FBI e jamais foi aceito como prova (II 286 «320-321»), porém 250 cópias do mesmo foram distribuídas à imprensa como autênticas (II 286-293 «320-328»).

Tal documento é citado por A.J.P. Taylor à página 254 em sua obra As Origens da Segunda Guerra Mundial (Fawcett Paperbacks, 2a edição, com "Resposta aos Críticos", dando sua fonte como a Política Exterior Alemã, série D vii, No. 192 ee 193).

O Documento L-3 é a fonte de muitas afirmações atribuídas a Hitler, de modo especial "Quem hoje se lembra do destino dos armênios?" e "Nossos inimigos são pequeninos vermes, eu os vi em Munique". Ali, esse "Hitler" se compara a Gengiscã e diz que exterminará os poloneses, desferirá um pontapé na virilha de Chamberlain, diante dos fotógrafos. O documento parece ter sido preparado na mesma máquina de escrever que redigiu muitos outros documentos em Nuremberg, como as duas outras versões do mesmo discurso. Essa máquina de escrever era provavelmente uma Martin, fabricada pela Triumph-Adler Werke, Nuremberg.

O Documento 81-PS é "cópia autenticada" de carta sem assinatura e em papel comum, preparada por pessoa desconhecida. Se fosse autêntica teríamos o primeiro rascunho de carta jamais enviada. Referência é invariavelmente feita a ela como tendo sido escrita por Rosenberg, o que ele negou (XI 510-511 «560-561»). Falta assinatura ao documento, bem como iniciais, número diário em branco (uma marca burocrática) e não foi encontrado em meio aos papéis e documentos da pessoa a quem dirigido (XVII 612 «664»). O Documento 81-PS é fotocópia, com número soviético (URSS 353, XXV 156-161).

O Documento 212-PS também foi preparado por pessoa desconhecida, inteiramente em papel comum, sem qualquer marca manuscrita ou data, endereço ou carimbo (III 540 «602», XXV 302-306, ver também as fotocópias de fotostáticas negativas em Haia).

Infelizmente se trata de caso bem típico. O Documento 386-PS, o "Hossbach Protokoll", o suposto discurso feito por Hitler em 5 de novembro de 1938, é fotocópia autenticada de cópia de microfilme de "cópia autêntica" redatilografada, preparada por um americano, de "cópia autenticada", redatilografada e preparada por um alemão, de anotações manuscritas, não autenticadas, feitas por Hossbach, e referentes a discurso feito por Hitler, escrito de memória por Hossbach cinco dias após tal discurso ter sido feito. Não se trata do pior dos documentos mas de um dos melhores, porque nele sabemos quem fez uma das cópias. O texto de 386-PS foi "redigido" (XLII 228-230).

Assim sendo o "julgamento por documentos" funciona da seguinte maneira: A, pessoa desconhecida, ouve alegadas afirmações verbais "feitas por B", e faz anotações ou prepara documento com base nessas alegadas declarações verbais. O documento é então apresentado como prova não contra A que fez a cópia mas contra B, C, D, E e uma série de outras pessoas embora nada haja para ligá-las ao documento ou às alegadas afirmações verbais. Declara-se de modo casual, como sendo fato, que "B disse" ou que "C fez" ou que "D e E sabiam". Isso vai contrariamente às regras de comprovação de qualquer país civilizado. Tampouco são os documentos identificados por testemunhas.

A falsificação de documentos originais foi raramente usada em Nuremberg porque os documentos não foram trazidos ao tribunal. O "documento original" - isto é, a "cópia"original e sem assinatura - era mantida em cofre no Centro de Documentos (II 195 «224», 256-258 «289-292»).

Em seguida, duas "fotocópias da "cópia" (V 21 «29») ou 6 fotocópias (II 251-253 «284-286») foram preparadas e levadas ao tribunal. Todas as outras cópias foram redatilografadas em mimeógrafo usando estêncil (IX 504 «558-559»).

Nos Anais a palavra "original" é usada no sentido de "fotocópia" (II 249-250 «283-284»; XIII 200 «223», 508 «560», 519 «573», XV 43 «53», 169 «189» 171 «191» 327 «359») a fim de distinguir as fotocópias das cópias mimeografadas (IV 245-246 «273-274»).

"Traduções" de todos os documentos achavam-se à disposição no início do julgamento (II 159-160 «187-189», 191 «219-220», 195 «224», 215 «245», 249-250 «282-283», 277

«312», 415 «458», 437 «482-483»), mas os textos alemães não puderam ser examinados senão dois meses mais tarde. Tal foi imposto não só às sessões preparatórias e denúncias oficiais do julgamento, etc mas A TODOS OS DOCUMENTOS. A defesa não recebeu documento algum em alemão senão após 9 de janeiro de 1946 (V 22-26 «31-35»). Talvez os originais não existissem!

Os documentos que parecem ter sido preparados na mesma máquina de escrever incluem o Documento 3803-PS, carta de Kaltenbrunner ao Prefeito de Viena e carta de acompanhamento desse mesmo Prefeito, enviando a carta de Kaltenbrunner ao tribunal (XI 345-348 «381-385»). Essa carta de Kaltenbrunner contém um termo geográfico falso (XIV 416 «458»).

KARL DÖNITZ

Dönitz foi preso por "fazer guerra submarina ilegal" contra os ingleses. Na lei internacional tudo é questão de reciprocidade e de acordos internacionais, que só podem ser levados a efeito por meio da reciprocidade. Na guerra a melhor defesa contra uma arma é o contraataque vigoroso com a mesma arma. Os ingleses, devido a seu domínio dos mares, combateram em ambas as guerras por meio do bloqueio e do sistema chamado Navicert. Os navios neutros eram detidos no mar e obrigados a seguir para portos ingleses, onde eram examinados de acordo com fórmulas complicadas; se um país neutro importava mais alimentos, adubos, lã, couro, borracha, algodão, etc do que era julgado necessário para suas próprias necessidades em 1915 (pelos critérios dos britânicos), acreditava-se que a diferença estava sendo enviada para reembarque à Alemanha e toda a carga era confiscada por eles. Resultado: o navio (e com ele toda a sua carga) era confiscado e vendido em leilão, o que também constituía uma violação às cláusulas de todos os contratos de seguros marítimos britânicos).

Em 1918-19 o bloqueio foi mantido durante oito meses após o Armistício para forçar os alemães a assinar o Tratado de Versalhes. Centenas de milhares de alemães morreram à fome após a guerra enquanto os diplomatas hesitavam, o que constituía evidente violação das condições do armistício e de todo o Direito Internacional e, pelo que Hitler afirmou, "a maior violação da palavra de todos os tempos". O ponto de vista britânico parece ser de que o bloqueio em si foi legal mas levado a cabo de maneira inteiramente ilegal; cf. 1911 *Encyclopaedia Britannica*, "Neutrality"; 1922 *Encyclopaedia Britannica*, "Blockade", "Peace Conference". Na guerra contra o Japão os norte-americanos afundavam "tudo aquilo que se movia, desde o primeiro dia de guerra".

Os ingleses jamais ratificaram a Quinta Convenção de Haia, de 18 de outubro de 1907 sobre os direitos dos neutros, mas consideraram seus termos aplicáveis aos alemães e japoneses, a despeito de sua cláusula de participação de todos, isto è, a convenção não se aplica se um não signatàrio participar no conflito.

Os países neutros, entre eles os Estados Unidos, se queixavam-se de que isso violava sua neutralidade mas atendiam, mais uma vez violando sua própria neutralidade. A nação que permite sua neutralidade ser violada pode ser tratada como beligerante, determina a lei internacional.

Em 1939 os alemães tinham apenas 26 submarinos capazes de navegar o Atlântico, um quinto do total do total de submarinos da França, apenas. Ademais os sub-marinos alemães eram muito menores que os de outras nações. O contra-bloqueio contra os ingleses sômente poderia ser feito avisando aos neutros para não navegar em águas próximas às ilhas britânicas. Para os ingleses isso era "crime".

Desses 26 submarinos alemães, muitos se achavam, nesta ou naquela oportunidade, recebendo reparos, sem navegar, de modo que por alguns meses apenas dois ou três deles podiam estar operando no mar. Mostra-se óbvio que os submarinos não podem levar a efeito a busca e captura do mesmo modo como os navios de superfície. O submarino, vindo à superfície, quase não tem defesas contra o menor canhão montado em navio mercante, para não falar em rádio, radar e aeronaves inimigas.

Foi imposto pelos ingleses, em Nuremberg, que os submarinos alemães deviam ter vindo à superfície, notificado ao navio sua intenção de busca; esperar que o navio iniciasse hostilidades e depois afundar esse navio, presumivelmente com os canhões de convés do submarino; após o que, recolhessem as dezenas ou centenas de sobreviventes a bordo do submarino (onde eles estariam em perigo muito maior que em qualquer escaler salva-vidas) e levá-los à terra mais próxima.

Quando aviões ingleses apareciam e afundavam o submarino, matando os sobreviventes, estes haviam, está mais do que claro, sido "assassinados" pelos alemães. Nenhuma convenção internacional requer isso e nenhuma nação lutou desse modo. Já que salvar os sobreviventes tornava os submarinos incapazes de agir e com freqüência resultava na perda desse submarino e de sua tripulacão, Dönitz proibiu qualquer ato de salvamento. Isso foi considerado equivalente à uma ordem de "exterminar os sobreviventes". No entanto, durante o julgamento tal afirmação não recebeu validade.

Dönitz foi também acusado de incentivar o povo alemão a uma resistência inútil, crime igualmente cometido por Winston Churchill. Dönitz respondeu:

"Foi muito penoso que nossas cidades ainda estivessem sendo bombardeadas e reduzidas a destroços e que por meio desses ataques de bombardeio e a luta continuada outras vidas se perdessem. O número dessas pessoas é cerca de 300.00 a 400.000, o maior número das quais pereceu no bombardeio de Dresden que não pode ser justificado do ponto de vista militar e não podia ser predito".

"Mesmo assim essa cifra é relativamente pequena quando comparada aos milhões de alemães que teriam perdido a vida na frente oriental, soldados e civis, caso houvéssemos capitulado no inverno" (XIII 247-406 «276-449»; XVIII 312-372 «342-406»).

HANS FRANK

Frank foi acusado de fazer centenas de declarações anti-semitas em documento de 12.000 páginas, intitulado seu "diário". O "diário" contém apenas uma página assinada por Frank e centenas de afirmações de caráter bem humano, que foram ignoradas (XII 115-156 «129-173»). As declarações foram escolhidas pelos russos e compostas em documento curto, apresentado como prova e Documento 2233-PS, invariavelmente chamado o "diário de Frank".

O "diário" real de 12.000 páginas consiste em resumos (não em anais ipsis litteris ou anotações estenográficas) e conferências em que cinco ou seis pessoas falavam com freqüência ao mesmo tempo, em circunstâncias de grande confusão. Não se mostra claro a quem tais afirmações deviam ser atribuídas (XII 86 «97-98»).

Frank deu seu "diário" aos americanos na crença de que o mesmo o favoreceria. Ele protestara contra a ilegalidade de Hitler em discursos públicos, correndo grande risco pessoal e tentara demitir-se 14 vezes (XII 2-114 «8-128»; XVIII 129-163 «144-181»).

Frank se convencera de que as atrocidades haviam ocorrido, após ler sobre o Julgamento Soviético de Majdanek, na imprensa estrangeira (XII 35 «43»). Auschwitz não se achava no território controlado por Frank.

Ele encarava sua tarefa como a de criar um judiciário independente em um Estado Nacional-Socialista, tarefa essa que julgava impossivel. Em discurso proferido por ele a 19 de novembro de 1941, Frank afirmou: "A lei não pode ser degradada à posição na qual se torna objeto de barganha. A lei não pode ser vendida. Ela existe ou não existe. A lei não pode ser negociada na bolsa de valores. Se não encontra apoio, nesse caso o Estado também perde seu esteio moral e soçobra nas profundezas da noite e do horror".

As ilegalidades de Hitler jamais incluíram a aprovação de uma lei ex-post facto e em 3 casos a punição foi aumentada retroativamente (XVII 504 «547»).

O alegado saque de tesouros artísticos por Frank será examinado juntamente com o caso de Rosenberg, mais adiante.

WILHELM FRICK

Frick foi enforcado por "germanizar" os habitantes de Posen, Dantzig, Prússia Ocidental, Eupen, Malmedy, a terra dos sudetos, a terra de Memel e a Austria. Quanto a esta última, tratava-se de terras que haviam sido do Reich prussiano, separadas da Alemanha pelo tratado de Versalhes. Malmedy fala francês. As demais áreas, todas elas, falam alemão. A Austria não pôde subsistir como unidade econômica após 1919 e exigira sua união à Alemanha pelo voto de seus habitantes. Os vencedores aliados responderam, ameaçando cortar todos os abastecimentos de alimentos (XVIII 55 «66», XIX 360 «397»).

Outro crime imputado a Frick foi o de ter morto 275.000 deficientes mentais, de acordo com o "relatório" da "Comissão de Crimes de Guerra" tcheca. Frick, como Göring, foi acusado por responsabilidades na existência de campos de concentração. Em sua defesa foi afirmado que a "custódia protetora" existira antes do acesso dos Nacional-Socialistas ao poder, tanto na Alemanha como na Austria. Nesta, foi chamada de "Anhaltehaft", tendo sido usada para aprisionar milhares de Nacional- Socialistas (XXI 518-521 «572-576»). "Custódia protetora" existe hoje, na Alemanha Ocidental, sendo chamada de "U-haft". No julgamento final de um dos mais importantes de Dachau, o Julgamento de Martin Gottfried Weiss e Trinta e Um Outros, *Relatórios Legais dos Julgamentos de Criminosos de Guerra*, Volume XI, pg. 15, publicado pelas Nações Unidas, encontramos o seguinte trecho:

"No caso do Campo de Concentração de Mauthausen... os fatos foram basicamente os mesmos, embora os números atingidos pelas baixas fossem muito maiores, como extermínio em massa por meio de uma câmara de gás que funcionou -"

Será este o reconhecimento de que não existia câmara de gás em Dachau? De acordo com os Relatórios Legais de Julgamentos de Criminosos de Guerra, julgamento nenhum em Dachau "provou" a existência de uma câmara de gás naquele local.

Em Nuremberg uma "cópia autenticada" do Julgamento de Gottfried Martin Weiss e Trinta e Nove Outros, foi apresentada como prova com aquela frase apagada como Documento 3590-PS (V 199 «228») juntamente com três outros documentos alegando o extermínio em massa em Dachau (Documento 3249-PS, V 172-173 «198», XXXII 60; Documento 2430-PS, XXX 470; e 159-L, XXXVII 621).

Frick recebeu do depoente a acusação pelos "gaseamentos em massa em Dachau" em sua declaração juramentada, Documento 3249-PS (escrita pelo tenente Daniel Margolies, também envolvido na falsificação de três discursos de Hitler, XIV 65 «77» e assinados pelo Dr. Franz Blaha) e de ter visitado Dachau. Frick negou isso e exigiu falar para ser confrontado com Blaha e depor em sua própria defesa. Isso lhe foi negado e Frick aparentemente desistiu. Jamais depôs. O resumo de sua defesa aparece em XVIII 164-189 «182-211».

O depoente, Dr. Franz Blaha, comunista, tinha sido presidente da Associação Internacional de Dachau em 1961, afirmando ainda ter testemunhado gaseamentos em massa e outros artefatos que tinham sido feitos de pele humana.

O julgamento de Martin Gottfried Weiss se encontra em seis carretéis de microfilme (MII 74, Arquivos Nacionais). A documentação das câmaras de gás antes do julgamento (relatório, diagramas, bicos de chuveiro, carretel 1) jamais foi apresentada como prova e não está presente nas apresentações do julgamento (carretel 4). Os anais (carretéis 2 e 3) não mencionam qualquer câmara de gás em Dachau, a não ser por algumas frases no depoimento do Dr. Blaha (Vol 1, pp. 166-169. A pele humana provinha de toupeiras (vol 4, pp. 450, 462, 464).

HANS FRITZSCHE

Fritzsche se convenceu, com base em uma carta, de que as mortes em massa estavam sendo efetuadas na Rússia, e procurou verificá-lo. No entanto não conseguiu encontrar prova alguma (XVII 172-175 «191-195»).

Fritzsche é defensor importante pois em seu caso foi admitido que os jornais estrangeiros publicavam muitas notícias falsas sobre a Alemanha (XVII 175-176 «194-196», ver também XVII 22-24 «30-33»). No entanto essas mesmas reportagens e relatórios pelo rádio constituíram os "fatos de conhecimento comum" para os quais o tribunal alegou não precisar de provas (Artigo 21 de Regras Para Provas, I 15 «16», II 246 «279»).

Foi demonstrado na defesa de Fritzsche que não existe convenção internacional alguma regulamentando a propaganda ou as histórias sobre atrocidades falsas ou verdadeiras e que apenas uma única lei nacional de um estado (Suíça) tornava ilegal insultar chefes de Estado estrangeiros. Que Fritzsche não podia ser culpado de fato algum tornou-se simplesmente irrelevante, em Nuremberg. Foi considerado indesejável efetuar um "julgamento" em que todos os acusados fossem condenados. Nas negociações que antecederam o veredito final foi concordado em que Fritzsche seria libertado (XVII 135-261 «152-286»; XIX 312-352 «345-388»).

WALTER FUNK

Funk era pianista clássico vindo de família artística muito respeitada, casado por 25 anos à época do julgamento e ex-editor financeiro. Como a maioria dos acusados Funk se viu imputado de "executar atos imorais", tais como aceitar presentes de aniversário de Hitler, demonstrar "participação voluntária no Plano Comum". (Obviamente, tais atos não são ilegais).

Afirmou Funk que os ingleses e os poloneses haviam conspirado para levar a Alemanha à guerra, na crença de que os generais alemães derrubariam Hitler (XIII 111-112 «125-126»).

Foi também acusado de conspirar com a SS a fim de assassinar os internos em campos de concentração para financiar o esforço de guerra, extraindo-lhes os dentes. Os dentes com ouro eram guardados em cofre no Reichsbank, juntamente com aparelhos de barbear, canetas, despertadores grandes e demais quinquilharia inútil. Foi esquecido o testemunho de Rudolf Höss, de que os dentes eram derretidos em Auschwitz (XI 417 «460»).

Funk declarou que as espécies e montantes de saque eram "absurdos" e fez ver que a SS agia como polícia alfandegária e fazia valer os regulamentos de controle de câmbio, incluindo a propriedade dos montantes de ouro, prata e moedas ou papel-moeda estrangeiro. Era muito natural que os SS confiscassem grandes quantidades de objetos valiosos e que eles, como órgão do governo, tivessem contas financeiras e as mesmas contivessem objetos de valor. Os alemães mantinham seus objetos de valor também nos mesmos cofres, aos quais o Reichsbank não tinha acesso, já que se tratava de contas de depósitos privados.

Com o aumento das incursões de bombardeio aéreo pelos Aliados, uma quantidade cada vez maior de objetos valiosos era depositada nos cofres por cidadãos alemães comuns. Por fim, após uma incursão especialmente destruidora sobre o banco, esses objetos foram retirados para uma mina de potássio em Thüringen. Os americanos encontraram ali esses objetos e falsificaram o filme feito sobre os mesmos.

Funk e seu advogado demonstraram a falsidade do filme usando uma testemunha de oposição, em testemunho dos mais astutos e no interrogatório duplo durante todo o tempo do julgamento (XIII 169 «189-190», 203-204 «227-228», 562-576 «619-636»; XXI 233-245 «262-275»).

Pouca vida teve, também, o testemunho ridículo de Oswald Pohl, Documento 4045-PS, no qual Funk era acusado de debater o destino a ser dado aos dentes de ouro dos judeus mortos a fim de ajudar na guerra, isso em jantar ao qual compareceram dezenas de pessoas, entre elas garçons (XVIII 220-263 «245-291»). Tal depoimento está em alemão

e tem por testemunha Robert Kempner. Pohl foi mais tarde condenado por "vaporizar pessoas até que morressem" em Treblinka e fazer capachos com os cabelos das vítimas (NMT IV 1119-1152) (Quarto Tribunal Militar Nacional, Nuremberg).

Como outros acusados, Funk acreditava que os crimes houvessem ocorrido mas sustentou que nada sabia sobre eles. Sua crença de que tais crimes tivessem ocorrido não prova, em si própria, que tivesse base na realidade.

KURT GERSTEIN

Kurt Gerstein é muitas vezes citado como "testemunha" de um Holocausto; no entanto isso não é correto. Como "testemunha" geralmente se entende a pessoa que viu alguma coisa e que se apresenta para depor com base em seu conhecimento pessoal; Gerstein não fez isso. Foi declarante ou depoente sem juramento, o que significa que é simplesmente um nome surgido em "declaração" datilografada em francês, que ele pode ou não ter escrito (Documento 1553-PS, rejeitado em Nuremberg (IMT VI 333-334 «371-372», 362-363 «398-399»).

Uma das histórias circulando sobre Gerstein é que ele fez essa declaração na prisão Cherche-Midi, e suicidou-se, e em seguida seu corpo desapareceu.

Mostra-se muito mais provável que a declaração tenha sido escrita em francês por interrogador-"intérprete" judeu alemão e que partes das incoerências (como a do inverno ocorrer em agosto, ou estar em automóvel, numa de suas frases e num trem na seguinte) resultasse de transcrição imperfeita das anotações do interrogatório e formulário de declarações. Nos julgamentos de crimes de guerra menores e nos julgamentos de crimes de guerra japoneses as "declarações" não juramentadas desse tipo são muito comuns, com base na teoria de que possuem "valor probante", porém menos "peso" do que as declarações juramentadas. Igualmente possível é que Gerstein também tenha morrido de ferimentos recebidos durante o "interrogatório"; ou talvez ele se enforcasse com a fita da máquina de escrever.

Esse documento foi mais tarde citado repetidamente no Julgamento de Pohl, onde ficou "provado" que Treblinka tinha dez "câmaras de gás" (1553-PS) e 10 "câmaras de vapor" (3311-PS) no mesmo campo, ao mesmo tempo.

G. M. GILBERT

Um dos relatos mais famosos sobre o comportamento e psicologia dos acusados no Julgamento de Nuremberg é aquele feito pelo psicólogo nascido na Alemanha, G. M. Gilbert, em seu livro *Diário de Nuremberg*. Grande parte desse material consiste em conversas que os acusados e outras pessoas, como Rudolf Höss, alegadamente mantiveram com Gilbert ou um com outro (!) e que Gilbert alegadamente anotou mais tarde, com base naquilo de que se lembrava, em sua memória.

Uma comparação de textos com os anais do Julgamento de Nuremberg demonstrará que os acusados não falavam no estilo atribuído a eles por Gilbert. Este não fazia anotações, nenhuma testemunha se achava presente.

As pessoas que crêem que os Documentos 1014-PS, 798-PS e L-3 sejam "discursos de Hitler", pelo menos em comparação com o Documento Ra-27, podem continuar acreditando que o livro de Gilbert contenha "declarações dos acusados no Julgamento de Nuremberg". Isto não exclui, é evidente, que possam ter sido feitas declarações semelhantes àquelas alegadamente "relembradas" por Gilbert. Este acreditava que os acusados haviam gaseado milhões de judeus. Se não sentiam culpa por seus atos, tal provava que eram "esquizóides"

Torna-se óbvio que tal crença por parte de Gilbert teria influenciado sua percepção e memória em certa medida, ainda que estivesse dizendo a verdade como se lembrava dela. Se mentiu, não foi o único "americano" em Nuremberg que o fez. Telford Taylor, por exemplo, foi incapaz de repetir com correção a mais simples declaração (ver XX 626 «681-682»), as declarações do general Manstein, comparadas à "citação" feita por Taylor quanto a esse general, XXII 276 «315»).

A desonestidade de Gilbert fica melhor comprovada no lançamento feito para 14 de dezembro de 1945: o major Walsh continuou a ler as provas documentais do extermínio dos judeus em Treblinka e Auschwitz. Um documento polonês dizia: "Todas as vítimas tinham de despir-se e se descalçar, sendo esse material colhido depois, com que todas as vítimas, mulheres e crianças em primeiro lugar, eram levadas para as câmaras de morte... as crianças menores eram simplesmente jogadas lá dentro" (p. 69, primeira edição).

A "prova documental" é, naturalmente, o "Relatório de Crimes de Guerra" comunista e as "câmaras da morte", naturalmente, são "câmaras de vapor" (III 567-568 «632-633»).

HERMANN GÖRING

Göring foi acusado de criar o sistema de campo de concentração e planejar "guerra agressiva" contra a Polônia. Sua defesa foi a de que a Alemanha era Estado soberano, reconhecido por todos os governos do mundo (XXI 580-581 «638-639»); que Hitler fora legalmente eleito; que todas as nações têm o direito de legislar e organizar seus negócios como desejarem; que o general von Schleicher tentara dirigir ilegal e inconstitucionalmente, sem o apoio dos Nacional-Socialistas; que a Alemanha estava à beira da guerra civil em 1933; que os campos de concentração foram inventados pelos ingleses durante a guerra dos boêres e que o internamento de estrangeiros e adversários políticos fora praticado tanto pela Grã-Bretanha como pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

A ordem de criar os campos era inquestionavelmente legal sob cláusula de emergência na Constituição de Weimar e assinada por Hindenburg (Decreto do Presidente do Reich de 28 de fevereiro de 1933), sob a autoridade do Artigo 48, parágrafo 2, da Constituição de Weimar (XVII 535 «581», XIX 357 «394»).

De acordo com o documento da acusação, o Documento R-129 (III 506 «565-566»), havia 21.400 internos em todos os campos de concentração alemães, somados, em 1939. E que 300.000 pessoas se achavam confinadas em prisões comuns (XVII 535-536 «581-582», XX 159 «178»).

Um ano após a guerra 300.000 alemães foram mantidos em campos de concentração Aliados sob cláusulas de "prisão automática" em acordos Aliados (tais como o Ponto B-5 da Declaração Conjunta de Potsdam) (XVIII 52 «62»).

A maioria dos prisioneiros nos campos de concentração era de comunistas e criminosos comuns (XVII 535-536 «581-582», XXI 516-521 «570-576», 607-614 «677-685»).

Durante a guerra, devido ao bloqueio Aliado, o sistema de campos foi expandido a fim de utilizar a mão de obra dos estrangeiros inimigos, criminosos, testemunhas de Jeová e comunistas. Foi acentuado que os Estados Unidos haviam aprisionado 11.000 Testemunhas de Jeová (XI 513 «563»).

A Grã-Bretanha lutou em ambas as guerras mundiais desafiando a lei internacional e reduzindo a Alemanha e qualquer território ocupado à fome declarada por meio do bloqueio (XIII 445-450 «492-497»; XVIII 334-335 «365-367»). Isso tornara necessário fazer requisições e recrutar mão de obra nos territórios ocupados, o que é legal sob o Artigo 52 da Convenção de Haia. Tal providência fizera as pessoas sentir-se bem em trabalhar na Alemanha e mandar salários para suas famílias (cerca de dois e três bilhões de Reichmarks durante a guerra).

Os "escravos" pagavam impostos alemães sobre seus salários e eram disciplinados por meio de multas que não podiam ultrapassar o salário de uma semana (V 509 «571»). Por indisciplina declarada podiam ser mandados a campo de trabalho (não campo de concentração) por período que não ultrapassasse 56 dias (XXI 521 «575-576»). Era rigorosamente proibido bater-lhes ou maltratá-los.

Os prisioneiros de guerra podiam apresentar-se voluntariamente para ser soltos dos campos de prisioneiros de guerra e trabalhar na indústria, caso em que eram tratados como quaisquer outros operários industriais (XVIII 496-498 «542-544») mas perdiam a proteção dada pela Convenção de Prisioneiros de Guerra de Genebra. Não podiam ser obrigados a fazê-lo.

O regime de Vichy na França obteve a soltura e imediato regresso ao lar de um prisioneiro de guerra para cada três trabalhadores mandados à Alemanha sob contrato, por período de seis meses (XVIII 497 «543»). Não era possível violar a Convenção de Prisioneiros de Guerra de Genebra forçando prisioneiros franceses, belgas ou holandeses a participar em atividades contra seus próprios países, porque esses países não mais estavam lutando (XVIII 472-473 «516».

Quanto ao ataque à Polônia, a crise polonesa existira por todo um ano antes do Pacto Molotov-Ribbentrop e do ataque alemão e soviético. Por todo esse tempo os poloneses jamais pediram a formação de Tribunal de Arbitragem internacional e imparcial; jamais apelaram para a Liga das Nações; isso porque não desejavam uma solução justa; contentavam-se em continuar a violar seus acordos internacionais, expulsando cidadãos poloneses de descendência alemã, bem como muitas centenas de milhares de judeus (XVI 275 «304»).

O influxo de judeus poloneses à Alemanha foi a causa imediata principal do anti-semitismo alemão, de acordo com muitos acusados e testemunhas da defesa (XXI 134-135 «155»; XXII 148 «169»). Os judeus poloneses se envolveram em muitos escândalos financeiros e planos de estelionato, como demonstra o caso Barnat-Kutitsky (XXI 569 «627»).

Quanto à conspiração para fazer a guerra desafiando as leis da guerra, naturalmente foram os ingleses que o fizeram, com bombardeios aéreos em massa. Os soldados alemães iam à luta com instruções escritas detalhadas no sentido de que a propriedade devia ser respeitada, o prisioneiro tratado de modo humano, as mulheres respeitadas e assim por diante (IX 57-58 «68-69», 86 «100-101», XVII 516 «560»).

Julgamentos freqüentes, resultando em penas de morte contra alemães, foram levados a efeito pelos alemães contra os membros de suas próprias forças armadas por estupro ou saque, mesmo se o valor da propriedade prejudicada fosse pequeno (XVIII 368 «401-402», XXI 390 «431», XXII 78 «92»).

A requisição de propriedades era legal, sob a Convenção de Haia. A União Soviética não era signatária dessa convenção. De qualquer modo, nos países comunistas não existia

propriedade privada. Göring declarou ter estado na Rússia e que o povo por lá nada tinha para ser roubado (IX 349-351 «390-393»).

Ademais, os Aliados estavam praticando tudo de que acusavam os alemães terem feito (XXI 526 «581»; XXII 366-367 «418-420»).

Göring demoliu a acusação de "experiências médicas em câmara de pressão", dizendo que todos os aviadores tinham de passar por provas de suas reações físicas a grandes alturas; nada de sinistro havia quanto a uma chamada "câmara de pressão" (XXI 304-310 «337-344»). Os americanos levavam a efeito experiências médicas que resultavam em mortes, enquanto o Julgamento de Nuremberg ainda transcorria (XIX 90-92 «102-104»; ver também XXI 356, 370 «393, 409»).

Foi irônico ter-se alegado que a "guerra defensiva" incluía o ataque preventivo (XXII 448 «508») ou para proteger o cidadão de país estrangeiro contra seu próprio governo (XIX 472 «527»; XXII 37 «49»), a não ser quando os alemães o fizeram (X 456 «513»). Os protestos de que os alemães sabiam exatamente disso foram ignorados.

Os soviéticos tinham 10.000 tanques e 150 divisões situados ao longo da fronteira oriental e haviam aumentado o número de aeroportos em sua parte da região de 20 para 100. Mapas detalhados foram encontrados mais tarde, mostrando que não teriam sido necessários para fins defensivos. Acreditava-se que esperar o ataque aos campos petrolíferos da Romênia ou campos de carvão da Silésia teria sido suicídio (XIX 13-16 «20-23», XX 578 «630-631»; XXII 71 «85»).

Parece pouco provável que nações com vastos impérios coloniais (Grã-Bretanha, França) ou proclamação de direitos sobre hemisférios inteiros (Estados Unidos, como no caso do continente americano, sul, norte e centro) pudessem concordar com a definição sobre "guerra agressiva". Na verdade foi reconhecido no julgamento em Nuremberg que "defesa", "agressão" e "conspiração" jamais haviam sido definidos (XXII 464, 467 «527, 531»). Sem dúvida a "guerra defensiva" é o bellum justum medieval em roupagem de jargão liberal (IX 236-691 «268-782»; XVII 516-550 «560-597»; XXI 302-317 «335-351»).

RUDOLF HESS

De acordo com o relatório de Robert H. Jackson (citado pelo Juiz Bert A. Röling do tribunal de Tóquio, escrevendo em *Tratado de Lei Criminal Internacional*, vol. 1, pp. 590-608, editado por M. Cherif Bassiouni e Ved F. Nanda, Chas Thomas Publisher), os ingleses, franceses e soviéticos em Nuremberg não queriam acusar os alemães de "guerra agressiva", em absoluto, por motivos óbvios. Tal acusação foi inventada pelos americanos com o objetivo único, expresso e reconhecido de justificar as violações perpetradas pelos americanos contra a lei internacional.

Tais violações da lei internacional incluiriam o Programa Lend-Lease (Empréstimo e Arrendamento), fazer comboios e consertar os navios de guerra ingleses por dois anos antes de Pearl Harbor; permitir que os navios ingleses se declarassem como americanos, enquanto os Estados Unidos se diziam oficialmente neutros; a declaração ilegal do limite de 300 milhas de águas territoriais; a ocupação da Islândia; dar informações sobre os movimentos de submarinos alemães e italianos; bombardeassem e colidissem propositalmente com submarinos alemães e italianos já em julho de 1941, e outros atos obviamente próprios de "guerra agressiva".

Desse modo Hess foi mantido preso por 47 anos não apenas por atos que não eram ilegais (buscar dar um fim à guerra, salvar milhões de vidas e impedir a destruição da Europa e do império britânico) mas por "crimes" que foram inventados a fim de encobrir os crimes de seus acusadores.

Não se alegou em Nuremberg que a Alemanha cometera "agressão" contra a Grã-Bretanha ou França; a questão de saber se a Grã-Bretanha e França haviam, portanto, cometido "agressão" contra a Alemanha, ficou sem resposta (IX 473 «525»; XVII 580 «629»).

Hess foi acusado de haver tramado com Hitler para tirar a Grã-Bretanha da guerra de modo que Hitler pudesse atacar a Rússia. Sua defesa foi a de que seus atos tinham sido ditados pela sinceridade; que ele nada sabia sobre qualquer ataque à Rússia.

O resumo da defesa de Hess aparece em XIX 353-396 «390-437». De sua declaração final (e única) (XXII 368-373 «420-425») Hess parece ter sido um homem que se mostrava totalmente louco neste momento e brilhantemente lúcido, lógico, momentos depois. E possível que tal estado tenha sido adquirido na Grã-Bretanha.

RUDOLF HÖSS

Rudolf Höss foi o comandante de Auschwitz, cujas "confissões" vieram "provar" que Hitler gaseou seis milhões de judeus, ou teriam sido cinco milhões, cifra em geral usada em Nuremberg. Sua "confissão" mais conhecida é aquela citada por William L. Shirer, às páginas 968-969 de Ascensão e Queda do Terceiro Reich.

Tal documento, Documento 3868-PS, em Nuremberg, devia ser examinado em seu teor. A "declaração" ou depoimento juramentado ex parte foi o principal instrumento dos acusadores, nos julgamentos por feitiçaria da Idade Média, que desapareceram por apenas alguns séculos e depois reapareceram nos julgamentos públicos de comunistas e nos julgamentos por crimes de guerra. Tais depoimentos violam muitas regras padronizadas do processo legal, tais como a regra contra perguntas capciosas, regra contra as declarações coerentes anteriores (isto é, a multiplicação de provas por repetição, dizendo a mesma coisa dez vezes; normalmente tais declarações não são apresentadas senão quando contradizem declarações feitas mais tarde); o direito de confrontação e de interrogatório cruzado de quem acusa e o privilégio contra a autoincriminação. Tampouco seria admissível a "evidência" ou "prova" em julgamentos por crimes de guerra em tribunal militar. Mesmo em 1946 a introdução de depoimentos, pela acusação, em casos principais diante de corte marcial, era proibida pelo Artigo 25 dos Artigos de Guerra dos Estados Unidos. O Artigo 38 requeria o uso de regras de comprovação federais padronizadas.

Em Nuremberg não houve o menor fingimento de que Höss tenha escrito tal documento. Se fosse esse o caso ele não declararia "eu compreendo inglês como está escrito neste documento", porém "eu próprio escrevi o depoimento". Nos julgamentos menores (Hadamar, Natzweiler, etc) é comum encontrar confissões inteiramente escritas na caligrafia do interrogador, em inglês, com declaração final, em caligrafia dos prisioneiros, em alemão, dizendo que se trata de declarações suas e que eles se declaram satisfeitos com sua tradução para o inglês!

Outra fórmula ocorre à página 57 do volume Hadamar do livro de Sir David Maxwell-Fyfe, Julgamentos de Crimes de Guerra, "atesto que o que se acha acima foi lido para mim em alemão, minha língua natal" (em inglês).

O fingimento era o de que o prisioneiro se via interrogado por intérprete em forma de perguntas e respostas, após o que as perguntas eram apagadas e as respostas postas juntas, na forma de uma declaração jurada, em geral escrita por outra pessoa que não o interrogador, a efetuar o interrogatório.

Em Belsen, por exemplo, todas as declarações foram escritas por um oficial, o major Smallwood. Nesse julgamento, a combinação do julgamento de Auschwitz com o de

Belsen, a equipe de defesa nomeada pelos ingleses e poloneses livres liqçidou com o arrazoado da acusação - incluindo as "escolhas para gaseamento em massa" - mas foram rebatidas com base em que declarações involuntárias e oitiva oral e escrita eram permitidas, "não para condenar os inocentes mas para condenar os culpados" (*Relatórios Legais de Julgamentos de Criminosos de Guerra*, Vol. II. Esse pequeno volume deve ser lido em sua inteireza).

Após ter sido preparada a declaração pelo oficial que nada mais fazia senão redigir declarações, era apresentada em sua forma final ao prisioneiro para assiná-la. Se não fosse assinada, era apresentada como prova, assim mesmo. As objeções eram feitas ao "peso", no jargão dos processos por crimes de guerra, em vez de à "admissibilidade".

Exemplo de declaração não-assinada por Rudolf Höss é o Documento NO-4498-B. Esse "B" significa que o documento é "tradução" com a assinatura datilografada de "original", Documento NO-4498-A, escrito em polonês. Existe também o Documento NO-4498-C, em inglês.

As declarações A e C não estão ligadas à declaração B, à "cópia verdadeira".

O Documento 3868-PS, citado por Shirer, foi assinado em inglês três vezes, mas não na "tradução" em alemão. O documento contém uma alteração menor, com iniciais de Höss, com "h" minúsculo e frase inteira escrita na caligrafia do interrogador (comparar os "W"s) que não tem a inicial de Höss. A inicial, naturalmente, ali está para "provar" que ele "leu e corrigiu" o documento. O teor dessa frase manuscrita é refutado alhures (XXI 529 «584»).

Quando a declaração era apresentada ao prisioneiro, às vezes se via corrigida de fora a fora, levando a duas ou mais versões do mesmo documento. Nesses casos os documentos mais longos são "citados" e os outros foram "perdidos". Exemplo dessa prática é o Documento D-288, citado por William L. Shirer às páginas 948-949, a declaração do Dr. Wilhelm Jäger (ver Albert Speer).

Jäger depôs, afirmando ter assinado três ou quatro cópias do mesmo documento, muito mais curto. O mais curto foi inicialmente apresentado contra o Krupp mais idoso, antes de serem abandonadas as acusações contra ele. Nesse documento, o mais longo, a tradução ao inglês ostenta data anterior à assinatura no "original". O aparecimento de Jäger no tribunal foi completo desastre, mas isso ficou esquecido (XV 264-283 «291-312»).

Quando o declarante surgia para depor, invariavelmente contradizia a declaração, mas as contradições são ignoradas. Outros signatários da declaração, cujas apresentações ao tribunal foram catastróficas, incluem o General Westhoff, que contradisse sua "declaração" não-juramentada 27 vezes (XI 155-189 «176-212»); e uma "testemunha de guerra bacteriológica", Schreiber (XXI 547-562 «603-620»); a declaração de Paul Schmidt (tinha sido o intérprete de Hitler), Documento 3308-PS, que lhe foi apresentada para assinar quando se achava doente demais para poder lê-la com cuidado - foi em parte

repudiada por ele (X 222 «252») porém usada como prova contra Von Neurath, a despeito do repúdio feito por Schmidt (XVI 381 «420-421» XVII 40-41 «49-50»). Ernst Sauckel assinou declaração escrita anteriormente à sua chegada a Nuremberg (XV 64-68 «76-80») e assinou sob aflição: sua esposa e dez filhos estavam para ser entregues aos poloneses ou aos russos.

Como os declarantes quase nunca (ou nunca) redigiam suas próprias "declarações" é comum encontrar frases idênticas ou quase idênticas ou mesmo parágrafos inteiros que ocorriam em documentos diversos, mesmo quando haviam sido preparados em dias diferentes por pessoas supostamente diferentes. Por exemplo, as declarações 3 e 5 de Blaskowitz e Halder (Mostras 536-US e 537-US); Documentos USSR-471 e USSR-472 e 473; e Documentos USSR-264 e 272 (declarações sobre sabão feito de seres humanos).

Outras declarações assinadas por Höss incluem o Documento NO-1210, em que o inglês foi escrito antes, com longas intercalações, bem como acréscimos e correções, incluindo também duas páginas iniciais de rascunhos, com teor diferente da página 4 e duas páginas de rascunho diferentes da página 5, depois traduzidas ao alemão e assinadas por Höss. Isto é, a "tradução" é o "original", o "original" é a "tradução".

O Documento 749(b)D foi "verbalmente traduzido" para o "alemão", vindo do inglês, para Höss, isso antes de assinar. A assinatura é ilegível, fraca a ponto de ser ilegível, indicando mau estado de saúde, cansaço ou tortura. A tortura foi descrita por Rupert Butler em *Legiões da Morte* (Hamlin Paperbacks).

A "confissão" citada por Sir David Maxwell-Fyfe em 1 de abril de 1946, em que Höss "confessou" ter morto 4.000.000 de judeus (X 389 «439-440»), em vez dos costumeiros 2.500.000 de 5 de abril de l946, não existiu ou se "perdeu".

Não é verdade que a apresentação de Höss ao tribunal em Nuremberg consistisse principalmente em concordar com sua declaração. Isso é verdade apenas quando no exame cruzado feito pelo coronel John Amen, do Exército dos Estados Unidos.
Em vez disso, Höss apareceu para testemunhar e, como de costume, contradisse sua declaração e a si próprio tanto quanto lhe foi possível (XI 396-422 «438-466»).

Como exemplo, onde a declaração afirma (XI 416 «460») "sabíamos quando as pessoas estavam mortas porque os gritos cessavam" (impossibilidade toxicológica grosseiramente óbvia) seu testemunho verbal afirma (XI 401 «443», em resposta a perguntas grosseiramente capciosas e impróprias, apresentadas pelo "defensor" de Kaltenbrunner, que as pessoas se punham inconscientes; deixando sem solução o problema de como sabia que elas estavam mortas, na verdade. Esqueceu de mencionar que matar insetos com Zyklon levava dois dias, fato que mencionou em outro lugar (Documento NO-036, página 3, texto alemão, resposta à Pergunta 25. Veja-se também *Comandante em Auschwitz*, página 155).

Com veneno de ação tão lenta as pessoas sufocariam antes de morrer pelo gás.

Höss afirmou que a ordem de matar os judeus da Europa foi dada verbalmente (XI 398 «440») mas que as ordens para manter tais mortes em segredo foram dadas por escrito (XI 400 «442». Afirmou que as pessoas eram cremadas em buracos no chão em Auschwitz, que é reconhecidamente um pântano de solo alagado (XI 420 «464») e que os dentes de ouro eram derretidos ali mesmo (XI 417 «460»), mas a evacuação dos campos para evitar captura teria levado a mortes desnecessárias (XI 407 «449-450») e, quase, que não houve programa ordenando tais mortes, em absoluto! Tudo isso vale a pena transcrever:

"Até o início da guerra em 1939 a situação nos campos, no tocante à alimentação, acomodação e tratamento dos detidos era a mesma de qualquer prisão ou penitenciária do Reich. Os detidos eram tratados com rigor, sim, mas não existiam espancamentos metódicos ou maus tratos. O Reichsführer advertia com freqüência que todo SS que pusesse mãos violentas em detidos seria punido e muitas vezes membros das SS que maltratavam os detidos eram castigados. A alimentação e as acomodações nesse tempo eram em todos os aspectos na mesma base que as de outros prisioneiros submetidos à administração legal. A acomodação nos campos, durante esses anos, era ainda normal porque os influxos em massa ao início da guerra e durante a mesma ainda não tinham começado."

"Quando veio a guerra e a chegada em massa de detidos políticos teve início e mais tarde, quando os detidos que eram membros dos movimentos de resistência chegavam dos territórios ocupados a construção de edifícios e as ampliações dos campos não podiam mais abrigar o número de detidos chegados. Nos primeiros anos de guerra isso ainda pôde ser solucionado por medidas de improvisação. Mais tarde, devido às exigências de guerra não era mais possível porque não se tinha mais material de construção à disposição." (Note-se: os corpos foram tidos como queimados, usando-se lenha por combustível). "Isso levou à situação em que os detidos no campo não mais tinham o poder de resistência suficiente contra as pragas e epidemias que surgiram... o objetivo não era ter o maior número de mortos ou destruir tantos detidos quanto possível. O Reichsführer estava todo o tempo preocupado com o problema de empenhar todas as forças possíveis na indústria de armamentos..."

"Esses chamados maus tratos e torturas em campos de concentração e as histórias que se espalharam por toda a parte entre o povo e de modo especial por detidos que eram libertados pelos exércitos de ocupação não eram, como se supõe, aplicados de modo metódico mas por dirigentes, subdirigentes e homens individualmente, que os tratavam com violência... Se de qualquer modo uma questão viesse trazida à minha atenção o perpetrador da mesma era naturalmente afastado do cargo e transferido para outro lugar. De modo que mesmo não sendo punido por não haver provas de sua culpa, era tirado dali e posto em outra posição..."

"A situação catastrófica ao final da guerra deveu-se ao fato de que como resultado da destruição das ferrovias e devido aos bombardeios contínuos das instalações industriais não era mais possível cuidar adequadamente dessas massas, por exemplo, em Auschwitz com seus 140.000 detidos. Medidas improvisadas, colunas de caminhões e tudo mais foi

tentado pelos comandantes para melhorar a situação e de pouco ou nada valeram. O número de doentes tornou-se imenso. Estavam com acesso a nenhum suprimento médico; pragas se estendiam por toda a parte. Os detidos que eram capazes de trabalhar tinham uso contínuo, por ordem do Reichsführer, mesmo gente com o corpo doente tinha de ser usada sempre que possível, na indústria. Como resultado todo o espaço no campo de concentração que pudesse ser usado como alojamento estava cheio de detidos doentes e moribundos..."

"Ao final da guerra ainda havia treze campos de concentração. Todos os outros pontos que estão marcados no mapa representam os chamados campos de trabalho ligados às fábricas de armamentos situadas ali..."

"Se ocorreu qualquer mau trato dos detidos, feito pelos guardas, pessoalmente nunca pude ver algum, nesse caso só foi possível em grau muito pequeno, porque todos os oficiais encarregados dos campos cuidavam para que tão poucos homens da SS quanto possível tivessem contato imediato com os internos, porque ao decorrer dos anos o pessoal de guarda havia deteriorado de tal maneira que os padrões anteriores não mais podiam ser mantidos..."

"Tínhamos milhares de guardas que mal sabiam falar alemão, que vinham de todos os países principais do mundo como voluntários e ingressavam nessas unidades; ou tínhamos homens idosos, entre 5O e 6O anos, a quem faltava qualquer interesse pelo trabalho, de modo que todos os comandantes de campo tinham de exercer esforços contínuos para que esses homens cumprissem ao menos os requisitos mínimos de suas obrigações. Além disso era evidente que havia elementos, entre eles que maltratariam os internos mas esses maus tratos nunca foram tolerados. Digo mais, era impossível fazer essa massa de gente trabalhar, ou quando em campo dirigido por homens da SS, de modo que por toda a parte os detidos tinham de ser chamados para dar instruções aos demais detidos e pô-los a trabalhar, e eles quase de modo exclusivo tinham a administração interna do campo em mãos. Está claro que boa parte dos maus tratos ocorreu e não pôde ser evitada porque à noite era difícil haver membros da SS no campo. Apenas em casos determinados os homens da SS tinham permissão para entrar no campo de modo que os detidos estavam mais ou menos expostos a supervisores escolhidos entre eles".

Pergunta (pelo advogado da defesa da SS, o Dr. Babel):

"Você já mencionou os regulamentos que existiam para os guardas mas havia também uma ordem vigente em todos os campos. Nessa ordem aos campos foram determinados castigos para os detidos que violavam as regras do campo. Que castigos eram esses?"

"Em primeiro lugar havia a transferência para uma companhia penal (Strafkompanie), o que quer dizer trabalho mais pesado e acomodações mais restritas; em seguida a detenção no bloco de celas, detenção em uma cela escura; e em casos muito sérios, acorrentamento ou imobilização por cordas. O castigo para 'imobilizar' (Anbinden) foi proibido no ano de 1942 ou 1943, não posso dizer com exatidão, pelo Reichsfçhrer. Depois havia o castigo de ficar em pé e em posição de sentido na entrada do campo (Strafstehen) e também o

castigo por espancamento."

"Esse castigo por espancamento, no entanto, não podia ser determinado por qualquer comandante, por decisão própria. Ele tinha de pedir permissão para que fosse aplicado".

- Testemunho verbal de Rudolf Höss, 15 de abril de 1946, (XI 403-411 «445-454»).

A motivação de Höss parece ter sido a de proteger a esposa e três filhos, bem como salvar a vida de outros, depondo que apenas 60 pessoas sabiam das mortes em massa. Höss procurou salvar Kaltenbrunner, implicando Eichmann e Pohl, que ainda não tinham sido aprisionados (para vermos caso semelhante, temos Heisig e sua declaração implicando Raeder, XIII 460-461 «509-510»).

Höss apresentou-se como "testemunha da defesa" e o exame cruzado pela acusação foi cortado por ela própria (XI 418-419 «461-462»). Talvez tivessem medo de que ele desse o serviço todo.

A famosa biografia Comandante em Auschwitz, provavelmente preparada em forma de perguntas e respostas por meio de interrogatório como gigantesca "declaração" e depois escrita para ser copiada pelo punho dele, não se mostra muito melhor. Nesse livro, texto em alemão, os fornos de cremação podiam ser vistos a milhas de distância (pp. 160-161), o fedor podia ser sentido a milhas de distância (p. 159). Todos na região sabiam dos extermínios (p. 159), as vítimas sabiam que iam ser gaseadas (pp. 110, 111, 125), mas era possível enganá-las (pp. 123-124; Documento 3868-PS) e sua família nunca soube de coisa alguma (pp. 129-130). Höss era um beberrão crônico que "confessava" coisas quando bebia (p. 95) ou quando era torturado (p. 145).

Não é verdade que, de acordo com a página 126 desse texto, os corpos fossem retirados das câmaras de gás por Kapos, os mesmos comendo e fumando enquanto o faziam e/ou usando ou não usando máscaras de gás. O texto não diz isso. Robert Faurisson provou que Höss fez tal afirmação, mas outra parte, numa "interrogação".

A "tradução" polonesa desse livro, publicado antes da publicação do "texto original" em alemão, parece concordar com o texto alemão, exceto em que nomes de lugares e datas em polonês estão faltando; parece que o polonês tinha sido escrito em primeiro lugar, esses detalhes sendo aí inseridos mais tarde na versão alemã.

Obras completas, não-expurgadas, sem cortes, de Rudolf Höss (?) (em polonês) são disponíveis por empréstimo internacional de bibliotecas. (Wspomnienia Rudolfo Hoessa, *Komendanta Obozu Oswiecimskiego*).

JAPAO, JULGAMENTOS POR CRIMES DE GUERRA

Enquanto os alemães estavam sendo condenados por fazer sabão "humano" (coisa levada a sério na sétima edição da prestigiosa obra de Oppenheim e Lauterpacht, Lei Internacional, vol.II, p. 450) por sua vez os acusados japoneses se viam condenados por fazerem "sopa humana", em julgamentos sucessivos.

Não se trata de erro de composição; foi considerado "fato comprovado" em 1948 -- um "fato" e ademais "provado" em numerosos "julgamentos" -- que os japoneses, uma raça de canibais habituais, eram proibidos, sob pena de morte, de devorar os cadáveres de seus próprios defuntos, mas oficialmente incentivados a devorar americanos. Estes eram servidos fritos ou em sopa; gente era devorada quando eles dispunham de outros alimentos; desse modo os japoneses se empenham em canibalismo mais por escolha que por necessidade.

As partes do corpo humano preferidas para fins culinários são o fígado, o pâncreas e a vesícula biliar; os chineses são comidos em forma de pílula!

Entre os "julgamentos" em que isso ficou "provado" encontram-se nos Estados Unidos versus Tachibana Yochio e 13 outros, nas Ilhas Marianas, 2-15 de agosto de 1946; Comunidade da Austrália versus Tazaki Takehiko, Wewak (ilha onde ocorreu o processo), 30 de novembro de 1945, Comunidade da Austrália versus Tomiyasu Tisato, Rabaul, 2 de abril de 1946; e o julgamento de crimes de guerra mais complexo na História, o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE), pessoalmente controlado por Douglas McArthur, que se estendeu de maio de 1946 a dezembro de 1948 (ver *O Julgamento de Tóquio*, vol. 1, pp. 409-410, University of Amsterdam Press 1977, pp. 49.674-5 dos anais mimeografados).

Os 25 acusados que sobreviveram ao julgamento foram, todos eles, condenados, 7 deles enforcados.

Seus crimes incluíam:

Planejamento, início e desfecho de "guerra agressiva" contra a União Soviética (a União Soviética atacou o Japão dois dias após Hiroshima, violando um Pacto de Não-Agressão. Nesse mesmo dia o Acordo de Londres foi assinado, pelo qual o Julgamento de Nuremberg se efetuou); planejamento, início e desfecho de "guerra agressiva" contra a França (a França está situada na Europa); bloqueio marítimo ilegal e bombardeio indiscriminado da população (acusação contra Shimada); julgamento de criminosos de guerra perante um tribunal militar (acusação e carga contra Hata e Tojo; ver também U. S. versus Sawada, provavelmente a acusação mais repugnante e hipócrita de todas; as vítimas eram 7 norte-americanos que haviam bombardeado indiscriminadamente a

povoação japonesa: 80.000 mulheres e crianças queimadas vivas); e canibalismo. Não foi alegado que os acusados houvessem eles próprios comido pessoa alguma.

Os documentos incluíam:

- Relatórios Soviéticos de Crimes de Guerra
- Relatórios Chineses de Crimes de Guerra
- Relatórios soviéticos baseados em documentos japoneses não-presentes aos relatórios
- Resumos de agressão militar japonesa à China (escritos por chineses)
- 317 Relatórios de Crimes de Guerra do Juiz Advogado Geral (extensão total: 14.618 páginas) citando "documentos japoneses capturados", confissões de canibalismo, ordens para assassinato em massa, ordens para gasear prisioneiros de guerra em ilhas distantes dos mares do Sul, etc ("documentos capturados" não foram apensos aos relatórios; as provas de autenticidade não eram consideradas necessárias)
- declarações de soldados japoneses presos na Sibéria
- declarações de japoneses referindo-se a japoneses como "o inimigo"
- declaracões de oficiais do Exército Vermelho
- declarações de ilhéus analfabetos dos mares do Sul
- recortes de jornal (provas admitidas para a acusação mas, de modo geral, não para a defesa, isto é, acontecimentos na China eram provados citando-se recortes do Chicago Daily Tribune de Nova Orleans, USA, o Sacramento Herald, Oakland Tribune, New York Herald, New York Times, Christian Science Monitor, etc, todos dos USA.
- a "declaração" do Marquês Takugawa (escrita em inglês e não-lida a ele em japonês)
- as declarações de Okawa (Okawa foi declarado louco e confinado a um hospício, mas suas declarações foram usadas como prova)
- o depoimento de Tanaka (testemunha profissional paga pelos americanos; Okawa, quando bêbado, confessou tudo a Tanaka; Tanaka, o "monstro" Ryukichi, era apontado como responsável por milhões de atrocidades mas não foi julgado; em vez disso, movimentava-se livremente pelo Japão)
- o diário de Kido (trechos de mexericos contra aqueles de quem Kido não gostava)
- as memórias de Harada (Harada sofrera derrame cerebral, de modo que seu ditado era incompreensível; até onde conseguia lembrar-se, e no que entender de suas palavras, qualquer um podia arriscar palpite; as traduções eram pura adivinhação; muitas "cópias" diferentes entre si tinham sido distribuídas a uma variedade de pessoas, em vez de sê-lo à pessoa a quem ele fizera seu ditado; acrescendo que era conhecido como mentiroso).

A resposta da Promotoria aos argumentos da defesa ao final do julgamento refuta todas as provas da defesa, afirmando que o documento, "traduções" ou excertos de "cópias" sem prova de emissão ou assinatura eram os melhores testemunhos. Quando tanto a acusação como a defesa citavam ambas o mesmo documento, a defesa era declarada fora do contexto, jamais a acusação. Ouvirdizer teve valor probatório; recortes de jornal tiveram valor probatório; o testemunho para a defesa não teve valor probatório; o interrogatório cruzado foi proclamado perda de tempo.

Cinco dos 11 juízes - o Juiz William Webb, da Australia, o Juiz Delfin Jaranilla, das Filipinas, Bert A. Röling, dos Países Baixos, o Juiz Bernard, da França e o Juiz R. B. Pal,

da India, dissentiram. **Pal escreveu famosa opinião dissidente, em 700 páginas, em que ele chamou as provas da promotoria de "sem valor, em sua maior parte", observando sarcasticamente que contava estivesse um dos documentos em japonês**.

A peculiaridade dos julgamentos de crimes de guerra é que longe de "provar" qualquer coisa, servem para contradizer-se uns aos outros. Foi sustentado em Tóquio que os chineses tinham um "direito" de violar tratados "injustos" e que os esforços japoneses para fazer valer tais tratados -- porque eram injustos -- constituíam "agressão".

Quando as bombas atômicas foram lançadas sobre o Japão, Shigemitsu estivera tentando negociar a rendição por cerca de 11 meses, iniciados em 14 de setembro de 1944. Está claro que isso se tornou outro "crime" -- "prolongamento da guerra por meio da negociação".

A "prova" da atividade canibalística nipônica pode ser encontrada no Relatório JAG-317, pp. 12.467-8 dos anais mimeografados; Mostras 1446 e 1447, pp. 12.576-7; Mostra 1873, pp. 14.129-30, e Mostras 2056 e 2056A e B, pp. 15.032-42.

ALFRED JODL

Jodl foi enforcado por cumplicidade na Ordem de Comando, ordem dada para atirar nos soldados britânicos que lutavam em traje civil e estrangulavam seus próprios prisioneiros de guerra (XV 316-329 «347-362»).

A defesa de Jodl foi a de que a lei internacional pretende proteger os homens que lutam como soldados. Os soldados devem portar armas abertamente, exibir emblemas ou uniformes claramente reconhecíveis e tratar os prisioneiros de modo humano. A guerra dos partisans e as atividades das unidades de commando inglesas eram proibidas. O julgamento e execução de pessoas assim são legais se forem levados a efeito sob os termos do artigo 63 da Convenção de Prisioneiros de Guerra de Genebra, de 1929. (Ver opinião do Juiz Rutledge, dos Estados Unidos versus Yamashita, habeas corpus impetrado pelo Marechal de Campo Milch.) Na verdade quase ninguém foi executado como resultado da Ordem de Comando (55 na Europa Ocidental, pelo que diz Sir David Maxwell-Fyfe, XXII 284 «325». A intenção era impedir que os homens lutassem desse modo, achando que eles simplesmente se renderiam em seguida.

Outro "crime" foi o de notificar o Comandante-em-Chefe do Exército de que Hitler repetira uma ordem já antes emitida, a de que uma oferta de rendição vinda de Leningrado não deveria ser aceita.

Como tantos outros crimes alemães, esta ficou sendo uma idéia sem efeito, já que nenhuma oferta de rendição se apresentou. A intenção era a de forçar a população civil a se retirar para a retaguarda, porquanto seria impossível alimentar milhões de pessoas ou impedir epidemias. Lacunas restavam nas linhas alemãs para o Leste, a fim de permitir à população que se retirasse. Kiev, Odessa e Cracóvia haviam capitulado mas estavam minadas, matando milhares de soldados alemães com dispositivos de detonação de ação retardada. As docas eram necessárias para fins militares; as ferrovias russas eram de bitola diferente das alemãs e os abastecimentos não podiam ser trazidos à frente para alimentar milhões de prisioneiros ou judeus morrendo à fome. A mentira da propaganda soviética de que os alemães mataram milhões de prisioneiros russos foi levada a sério por muita gente sem saber a causa da mortalitade. A ordem referente a Leningrado, Documento C-123, não leva assinatura.

A acusação contra Jodl exemplifica o absurdo de todo o julgamento. Nas palavras de seu advogado, o Dr. Exner:

"Assassinato e revolução -- em tempo de paz isso teria significado guerra civil; em tempo de guerra, o colapso imediato da frente e o fim do Reich. Deveria ele então gritar, 'Fiat justitia, pereat patria?' Realmente parece que a acusação sustenta a opinião de que uma conduta assim seria exigível dos acusados. Que idéia espantosa! Se o assassinato e a

traição puderem ser eticamente justificados, tal deveria ser deixado aos moralistas e teólogos. Em qualquer dos casos os juristas não podem sequer debater tal idéia. Ser obrigado, sob pena de punição, a assassinar o Chefe de Estado? Um soldado deveria fazer isso? E em tempo de guerra? Aqueles que cometeram feitos desse tipo sempre foram punidos, mas puni-los por não o terem feito seria de fato algo inteiramente novo" (XIX 45 «54»; XXII 86-90 «100-105»).

Em outra ocasião o Dr. Exner exclamou: "Em uma só página da reunião anglo-americana para este julgamento a frase 'Jodl estava presente' ocorre seis vezes. O que isto quer dizer, do ponto de vista legal?" (XIX 37 «44»).

Um dos promotores soviéticos, Coronel Pokrovsky, indagou a Jodl: "Você sabe que as tropas alemãs... esquartejavam, penduravam de pernas para cima e assavam os prisioneiros soviéticos sobre fogo aceso? Sabia disso?"

Ao que Jodl respondeu, "Não apenas ignorava como não acredito" (XV 545 «595»).

Essa é a imensa questão dos julgamentos de guerra, reduzida a três frases (XV 284-561 «313-612»; XVIII 506-510 «554-558»; XIX 1-46 «7-55»).

ERNST KALTENBRUNNER

Durante o interrogatório cruzado de Kaltenbrunner, perguntaram-lhe com indignação como tinha a coragem de fingir que estava dizendo a verdade e que 20 ou 30 testemunhas estivessem mentindo (XI 349 «385»).

As "testemunhas", naturalmente, não foram trazidas ao tribunal; eram meramente nomes em pedaços de papel; um desses nomes é o de Franz Ziereis, comandante do camo de concentração de Mauthausen.

Ziereis "confessou" ter gaseado 65.000 pessoas; ter fabricado abajures de pele humana; fabricado dinheiro falso; e fornecido uma tabela complexa de informações estatísticas contendo o número exato de internos em 31 campos diferentes. Depois disso acusou Kaltenbrunner por ter ordenado que todo o campo (Mauthausen) fosse exterminado à aproximação dos americanos.

Ziereis estivera morto por dez meses e meio quando "fez" essa "confissão". Por sorte a "confissão" foi "relembrada" por outra pessoa: um interno de campo de concentração, chamado Hans Marsalek, que jamais se apresentou no tribunal mas cuja assinatura aparece no documento (Documento 3870-PS, XXXIII 279-286).

As páginas 1 a 6 desse documento se acham com sinais de citação (!), incluindo a tabela estatística que afirma, por exemplo, que havia 12.000 internos em Ebensee; 12.000 em Mauthausen; 24.000 em Gusen I e II; 20 internos em Schloss-Lindt, 70 internos em Klagenfurt-Junkerschule, etc, para todos os 31 campos na tabela.

O documento não é assinado por pessoa alguma que alegue ter estado presente à "confissão" de Ziereis e nenhuma anotação é alegada como tendo sido feita na ocasião e que esteja anexa ao documento. O documento apresenta apenas duas assinaturas: a de Hans Marsalek, o interno; e a de Smith W. Brookhart Jr., U.S. Army. O documento tem a data de 8 de abril de 1946. Ziereis morreu em 23 de maio de 1945.

A falsa alegação era a de que Ziereis estava ferido demais (morreu de ferimentos múltiplos de chumbo, no estômago) para assinar coisa alguma na época, mas teve saúde bastante para ditar esse documento longo e complexo, que foi então "relembrado" com exatidão e ipsis litteris dez meses e meio mais tarde, por Marsalek. Este, naturalmente, não teria motivos para mentir... O documento está em alemão. Brookhart era um "escritor fantasma" para as confissões e também escreveu as "confissões" de Rudolf Hoess (em inglês, Documento 3868-PS) e Otto Ohlendorf (em alemão, Documento 2620-PS).

Brookhart foi filho do Senador de Washington, Iowa, USA, com residência em 1992 a 18 Hillside Drive, Denver, Colorado.

A "confissão" de Ziereis continua a ser levada a sério por Reitlinger, Shirer, Hilberg e outros vendedores itinerantes de Holo-coisas velhas.

Kaltenbrunner declarou que havia 13 campos de concentração ou Stammlager durante a guerra (XI 268-269 «298-299»). O total de 300 campos de concentração declarado pela acusação foi obtido pela inclusão de campos de trabalho perfeitamente normais. O décimo-terceiro campo, Matzgau, perto de Dantzig, foi campo especial cujos prisioneiros eram guardas SS e policiais condenados à prisão por cometerem transgressões contra os internos sob sua responsabilidade: maus tratos físicos, furto, roubo de propriedade pessoal, etc. Esse campo, com seus presos SS, caiu em mãos dos russos ao final da guerra (XI 312, 316 «345, 350»).

Kaltenbrunner afirmou que as sentenças emitidas pelos SS e tribunais policiais eram muito mais severas que as condenações ordenadas por outros tribunais pelos mesmos crimes e transgressões. Os próprios SS efetuavam freqçentes julgamentos de companheiros seus, por crimes contra os internos e violações da disciplina (XXI 264-291, 369-370 «294-323, 408-409»).

Métodos fortes de interrogatório eram permitidos pela lei com o único objetivo de obter informações relacionadas à futura atividade de resistência; eram proibidos para obter confissão. Tais interrogatórios requeriam a presença de um médico e permitiam o total de 20 pancadas com bastão, apenas uma vez, nas nádegas nuas, processo que não podia ser repetido mais tarde. Outras formas de "tortura nazista" legal incluíam o confinamento em cela escura ou ficar em pé durante interrogatório prolongado (XX 164, 180-181 «184, 202-203»; XXI 502-510; 528-530 «556-565, 583-584»).

Kaltenbrunner e muitas outras testemunhas da defesa afirmaram que métodos semelhantes são usados pelas polícias de todo o mundo (XI 312 «346») e que respeitáveis funcionários das polícias mundiais visitavam a Alemanha a fim de examinar os processos alemães (XXI 373 «412»).

Provas apresentadas quanto a esse e outros tópicos relacionados enchem muitos milhares de páginas divididas entre tribunal e "comissões" e mais 136.000 declarações incluídas entre os 312.022 depoimentos (XXI 346-373 «382-412»; 415 «458», 444 «492»).

Kaltenbrunner foi condenado por conspirar para "linchar" aviadores aliados que levavam a efeito bombardeios em massa contra civis alemães. Os linchamentos teriam sido ilegais, só que não ocorreram. Muitos aviadores foram salvos de multidões enfurecidas, graças à intervenção de funcionários alemães. Os alemães se recusavam a examinar esse assunto, receando que levasse à matança geral de aviadores descidos em pára-quedas. Como tantos outros crimes alemães, esta permaneceu idéia sem efeito (XXI 406-407 «449-450», 472-476 «522-527»).

Outro crime atribuído a Kaltenbrunner foi a responsabilidade pela chamada "ordem da Bala". Diz-se que isso foi a ordem para matar prisioneiros de guerra, usando engenho de mensuração (provavelmente inspirado pela máquina de esmagar cérebros, acionada a

pedais, idéia de Paul Waldmann, Documento USSR-52, VII 377 «416-417»).

A "Ordem da Bala", Documento 1650-PS, se for documento autêntico, o que provavelmente não sucede (XVIII 35-36 «43-44»), veio de erro de tradução. O sentido da ordem é o de que os prisioneiros que busquem fugir devem ser acorrentados a uma bola de ferro (Kugel) e não que devam ser mortos com uma "bala" (também Kugel, em alemão). A palavra "acorrentado" aparece no documento mas a palavra "tiro" não aparece (III 506 «565»; XXI 514 «568»); declaração da Gestapo 75; XXI 299 «332»). O documento é um "teletipo" e, assim sendo, não ostenta assinaturas (XXVII 424-428).

"Sonderbehandlung", tratamento especial, constitui exemplo do jargão temível usado em todas as burocracias e provavelmente tem sua melhor tradução como "tratamento na base de caso por caso". Kaltenbrunner pôde demonstrar que significava, no contexto do documento, o direito de tomar champagne e receber aula de francês. A acusação fez confusão entre campo de férias de inverno e campo de concentração (XI 338-339 «374-375»); (XI 232-386 «259-427; XVIII 40-68 «49-80») (o documento referente ao campo de férias de inverno é o Documento 3839-PS; XXXIII 197-199, "testemunho juramentado").

WILHELM KEITEL

Keitel foi enforcado por sua alegada responsabilidade nas atrocidades que afirmaram ter sido cometidas na Rússia, e pelos Decretos Comissário e Noite e Nevoeiro. As provas contra Keitel consistem em grande parte nos "relatórios" das "Comissões Soviéticas de Crimes de Guerra" (XVII 611-612 «663-664», XXII 76-83 «90-98»). Trata-se de resumos contendo juízos finais, conclusões e generalizações sem qualquer comprovação ou documentos. Nesses relatórios os órgãos militares são erradamente designados e confundidos.

Entre os documentos soviéticos usados para condenar Keitel encontram-se os Documentos USSR-4; 9; 10; 35; 38; 40; 90; 364; 366; 407 e 470.

O USSR-4 é "relatório" que alega a disseminação intencional de epidemia de tifo a fim de exterminar a população russa. A responsabilidade por esse crime é atribuída ao "governo de Hitler e ao Comando Supremo das Forças Armadas". (Ver também: *Relatório sobre Crimes dos Estados Unidos na Coréia*, Beijing (1952) [Guerra bacteriológica americana]).

Os Documentos USSR-9, 35 e 38 são também Relatórios Soviéticos de Crimes de Guerra.

O Documento USSR 90 é o julgamento de um tribunal militar soviético, afirmando que "invasores fascistas alemães cometeram crimes bestiais" e atribui tais crimes ao "Comando Alemão das Forças Armadas".

Os documentos originais não são anexados e ordens taxativas não são mencionadas. O nome de Keitel não é mencionado. Os outros documentos são "cópias autenticadas" (XVIII 9-12 «16-19») de documentos supostamente em poder dos russos.

O "Decreto de Noite e Nevoeiro" (XVIII 19-22 «27-30») pretendia ser a alternativa à opção de abrir fogo contra membros da resistência. Foi concedido pela acusação que essas pessoas podiam ser legalmente mortas (V 405 «456») mas os alemães achavam indesejável condenar todos eles à morte.

Sentenças de prisão eram tidas como pouco capazes de dissuadir os resistentes, já que todos contavam que a guerra ia terminar em poucos anos (XXI 524 «578-579»). A Ordem Comissário tivera pouco ou nenhum efeito prático, em parte devido à dificuldade em determinar quem era comissário, em meio aos russos (XXI 404-405 «446-447»); XXII 77 «91»).

Keitel foi acusado até hoje de impedir acesso a Hitler, isto é, proteger Hitler contra certas

informações. Tal acusação extremamente absurda é refutada às páginas 654-661 «710-717» do Volume XVII.

Também usado contra Keitel foi o Documento 81-PS, citado no discurso de abertura de Jackson e o Documento USSR 470, "cópia autêntica" significando que o documento foi redatilografado, para fazer a cópia, de documento "original" escrito inteiramente em servo-croata e supostamente encontrado na Iugoslávia, com assinatura datilografada de Keitel. Não foi alegado que Keitel compreendesse servo-croata, e sim que se tratava de "tradução" de documento escrito em alemão, que os iugoslavos não haviam encontrado (XV 530-536 «578-585»).

O julgamento de Keitel aparece em X 468-658 «527-724»; XI 1-28 «7-37»; XVII 603-661 «654-717»; und XVIII 1-40 «7-48».

CONSTANTIN VON NEURATH

Von Neurath foi vítima de grosseira falsificação, o Documento 3859-PS. Os tchecos redatilografaram documento autêntico, fazendo grandes alterações e acréscimos e apresentaram a "fotocópia" de sua "cópia", com assinaturas datilografadas, ao tribunal. O documento original estava na Tchecoslováquia.

Nesse documento praticamente tudo está errado: a burocracia alemã era extremamente complexa e muitos documentos da acusação trazem endereços falsos, referências falsas e marcas de procedimento incorretos, que não se mostram óbvias de modo imediato. Com relação a esse documento von Neurath disse:

"Lamento dizer que vocês estão mentindo" (XVII 67 «79»; 373-377 «409-413»).

Von Neurath foi condenado por fechar universidades tchecas (o que não é crime, sob a lei internacional, quando executado por governo de ocupação) pela morte de nove líderes estudantis tchecos após demonstração pública. Esses crimes foram "provados" com vários documentos: USSR 489; "cópia autenticada", autenticada pelos tchecos, USSR-60, "relatório" de uma "Comissão de Crimes de Guerra", citando as "declarações" de Karl Hermann Frank, que não foram juntadas ao relatório; e USSR-494, "declaração juramentada" assinada por Karl Hermann Frank 33 dias antes de sua execução. As declarações atribuídas a Frank no Relatório de Crimes de Guerra não estavam, naturalmente, assinadas ou datadas e os documentos originais se achavam na Tchecoslováquia (XVII 85-90 «98-104»).

Grande parte das "provas" forjadas contra Von Neurath, Schacht, Von Papen, Raeder e outros, adveio das declarações juramentadas de um diplomata americano idoso, residente no México (Documentos 1760-PS; 2385-PS; 2386-PS; EC-451).

Afirmou-se que esse diplomata, por nome Messersmith, era idoso demais para comparecer ao tribunal (II 350 «387»); foi negado, todavia, que estivesse senil (II 352 «389»). A "prova" consiste nas opiniões pessoais de Messersmith sobre as motivações e caráter das outras pessoas.

O "julgamento" de Von Neurath aparece em XVI 593-673 «649-737»; XVII 2-107 «9-121»; XIX 216-311 «242-345»).

FRANZ VON PAPEN

Von Papen foi acusado de ter conspirado com Hitler a induzir Hindenburg a aceitar Hitler no governo como Chanceler do Reich. De acordo com tal opinião Hindenburg teria sido enganado por Von Papen a crer que a guerra civil estouraria se tal não fosse feito.

O Chanceler do Reich dessa época, Von Schleicher, tentara governar ilegal e inconstitucionalmente por algum tempo, sem o apoio dos Nacional-Socialistas, que detinham a maior maioria na história do Reichstag. Muitas das ilegalidades de Hitler datam, na verdade, de período anterior ao do governo de Von Schleicher (XXII 102-103 «118-119»). Fora essa a última alternativa para o caos de 41 partidos políticos, cada qual representando algum interesse financeiro privado.

Os vencedores democráticos exigiram de Von Papen, em 1946, que tivesse previsto a intenção de Hitler de "desencadear guerra agressiva" em 1936 e conspirado com Von Schleicher para governar por meio de ditadura militar.

Von Schleicher foi mais tarde fuzilado, em seguida ao Putsch de Röhm. Tais mortes foram consideradas legais por Hindenburg, como se tornou evidente em telegrama dele, dando parabéns a Hitler (XX 291 «319»; XXI 350 «386»; 577-578 «636-637»; XXII 117 «134-135»). Von Papen também achava que a morte de Röhm e seus seguidores fora justificada pela emergência (XVI 364 «401») mas achava que muitas outras mortes não justificadas haviam tido lugar e que era dever de Hitler efetuar investigação e punir os culpados. Tal não foi feito.

Foi concedido pela acusação, em Nuremberg, que o Programa do Partido Nazista nada continha de ilegal e na verdade era quase merecedor de elogios (II 105 «123»). Os Nacional-Socialistas tinham sido declarados legais pelas autoridades de ocupação no Reno em 1925 (XXI 455 «505») e pelo Supremo Tribunal da Alemanha em 1932 (XXI 568 «626») e pela Liga das Nações e pelo Residente Geral Polonês em Dantzig em 1930 (XVIII 169 «187-188»).

Não ficou claro em 1933 que o Exército apoiasse unanimemente Von Schleicher contra os Nacional-Socialistas, que tinham direito legal ao governo. A recusa de Hindenburg em violar a Constituição ao risco da guerra de guerra civil levou Hitler ao governo de modo inteiramente legal (ver também XXII 111-112 «128-129»).

Von Papen foi acusado de "atos imorais", na promoção do "Plano Comum" tais como o uso íntimo do tratamento du ("tu", segunda pessoa do singular) em conversa com o Ministro Exterior austríaco, Guido Schmidt. Nesse momento Von Papen observou: "Sir David, se já esteve na Austria alguma vez, saberá que todos usam du dirigido a qualquer outra pessoa (XVI 394 «435»).

Os atos de Von Papen que não podiam ser chamados de "criminosos" foram empregados para provar "a duplicidade", sem trocadilho, do acusado. Uma construção mental foi erigida sobre os atos de Von Papen, usando para isso a interpretação pessoal posterior ao fato.

As vezes se alega que como Von Papen, Fritsch e Schacht foram absolvidos, Nuremberg terá sido julgamento "justo". O contrário não se aplica ao Tribunal Militar Internacional do Extremo Oriente, ou a outros julgamentos em que não houve absolvições. Esquecem-se de que os julgamentos de feiticeiros do Século XVII davam uma média de 5 a 10% de absolvições.

O julgamento de Von Papen aparece em XVI 236-422 «261-466»; XIX 124-177 «139-199».

ERICH RAEDER

Raeder foi acusado de "conspirar" com os japoneses para atacar os Estados Unidos. Outros crimes cometidos por Raeder incluíam ouvir discursos, estar presente a conferências, ter conhecimento dos planos de contingência e receber presentes de aniversário.

Raeder provou que os americanos sabiam do ataque iminente a Pearl Harbor dez dias antes do mesmo ocorrer, enquanto os alemães de nada sabiam (XIV 122 «137-138»).

O exame feito por Raeder sobre os preparativos militares alemães e os discursos de Hitler serão examinados juntamente com os de Von Ribbentrop (XIII 595-599 «656-660»; 617-631 «680-696»; XIV 1-246 «7-275»; XVIII 372-430 «406-470»).

JOACHIM VON RIBBENTROP

Von Ribbentrop foi enforcado por ter assinado o Pacto Molotov-Ribbentrop, que antecedeu e possibilitou o ataque à Polônia. Ribbentrop defendeu seus atos com base em que um milhão de alemães tinha sido expulso de território polonês em período de 20 anos, seguido por numerosas atrocidades cometidas contra eles e queixas ao Tribunal Mundial em Haia e à Liga das Nações em Genebra, queixas essas que tinham sido ignoradas por todo esse tempo. Tratava-se de alemães étnicos com cidadania polonesa, residindo em terras dadas ao novo estado polonês pelo Tratado de Versalhes.

A 23 de outubro de 1938 Ribbentrop fez oferta aos poloneses, oferta que o embaixador britânico, Sir Neville Henderson, reconheceu como razoável, chamando-a de "proposta pura da Liga das Nações": Ribbentrop pedia o plebiscito no Corredor Polonês; a devolução de Dantzig (cidade cem por cento alemã) ao Reich e a construcão de ferrovia extra-territorial de pista dupla e acesso por rodovia, por esse Corredor, à Prússia Oriental, que havia antes sido separada do resto da Alemanha e só podia ser alcançada pelo mar, desafiando todo o bom senso, isto é, uma ponte terrestre à Prússia Oriental (X 260-269 «295-304»; 280-281 «317-318»; 367-369 «416-417»).

Em troca os poloneses receberiam ajuste financeiro vantajoso; a garantia de uso portuário e saída para a produção polonesa pelo porto de Dantzig. O futuro do Corredor seria decidido de acordo com o princípio de auto-determinação, os poloneses receberiam saída para o mar e a maior parte do Pacto de Amizade Alemão-Polonês (assinado por Hitler em 1934 diante de amarga oposição alemã) seria renovada por um período a mais (XIX 362-368 «399-406». Para saber da versão adotada pela acusação quanto a esses acontecimentos, ver III 209-229 «237-260»).

Era esse o "plano nazista para conquistar o mundo", que serviu de pretexto para toda a guerra, incluindo, com o tempo, Pearl Harbor, Hiroshima e Yalta.

Em resposta os poloneses disseram que qualquer alteração na situação de Dantzig representaria a guerra com a Polônia. Foi ordenada a mobilização geral. As expulsões continuaram, enchendo os campos de refugiados ao longo da fronteira polonesa-alemã.

O embaixador polonês, Lipski, afirmou a 31 de agosto de 1939, ao que se diz, que tinha muito boa noção da situação na Alemanha, tendo servido nesse país por muitos anos. Não se interessou por qualquer nota ou proposta vinda da Alemanha. Em caso de guerra eclodiria a revolução na Alemanha e o exército polonês marcharia em triunfo até Berlim (XVII 520-521 «565-566»; 564-566 «611-614»; XX 607 «661»).

Ribbentrop afirmou que a atitude dos poloneses tornava inevitável a guerra; que o problema do Corredor e das expulsões tinha de ser resolvido; para tanto Hitler como

Stálin os territórios em causa tinham sido perdidos para ambos os países após guerra desastrosa, seguidos por tratados igualmente desastrosos (X 224-444 «254-500»; XVII 555-603 «602-655»).

Aos alemães de Nuremberg apareceu somente esta explicação: os poloneses e os ingleses achavam-se em contato com o chamado "subterrâneo" alemão, que tivera sua importância amplamente exagerada (XVII 645-661 «699-717»; XIII 111-112 «125-126»).

O intérprete de Hitler apresentou-se como testemunha e declarou que os alemães não podiam acreditar que os ingleses entrassem na guerra por algo que seu embaixador admitia ser razoável. De acordo com esse intérprete de Hitler, Paul Schmidt, seguiu-se todo um minuto de silêncio quando a mensagem de declaração de guerra dos ingleses foi feita, após o que Hitler se voltou para Ribbentrop e perguntou: "O que faremos agora?" (X 200 «227»).

O testemunho de Paul Schmidt fez luz em famosa observação atribuída a Von Ribbentrop, a de que os judeus deviam ser mortos ou confinados a campos de concentração. O que ocorreu, de acordo com as declarações de Schmidt (X 203-204 «231») foi que Hitler estava pondo pressão sobre Horthy, para que este adotasse medidas mais fortes contra os judeus. Horthy disse: "O que devo fazer? Não posso matá-los". Von Ribbentrop ficara muito irritado e dissera: "Há duas alternativas. Fazer exatamente isso ou eles podem ser internados". Isto apareceu nos anais da conferência como afirmação do Ministro do Exterior do Reich no sentido de que "os judeus deviam ser mortos ou confinados a campos de concentração." A declaração foi usada contra Von Ribbentrop e todos os demais acusados durante o julgamento, a despeito do testemunho prestado por Schmidt, de que as atas de registro estavam incorretas (X 410-411 «462-463»).

De acordo com Von Ribbentrop, Gúring, Raeder e quase todos os acusados, com exceção de Schacht, os alemães não estavam preparados para a guerra e não planejavam "agressão" (XVII 522 «566-567»), XXII 62, 90 «76, 105»).

A invasão da Bégica, Países Baixos e França não foi "agressão", porque a França declarara guerra à Alemanha. A Bélgica e os Países Baixos esperavam que os aviões ingleses sobrevoassem seus países, todas as noites, para lançar bombas sobre o Ruhr. Os alemães protestaram por escrito 127 vezes (XVII 581 «630», XIX 10 «16»).

Göring, Raeder, Milch e muitos outros depuseram no sentido de que a Alemanha tinha apenas 26 submarinos no Atlântico, com número insuficiente de torpedos, em oposição a 315 submarinos em 1919 (XIV 26 «34») e quantidade "ridícula" de bombas (XIX 4-5 «11-12»).

Hitler disse ao Marechal de Campo Milch, em maio de 1939, que não havia necessidade de produção total de bombas, pois não haveria guerra. Milch replicara que a produção completa de bombas levaria meses para atingir seu máximo. A ordem para iniciar a produção total de bombas só foi dada a 12 ou 20 de outubro, 1939 (IX 50 «60-61»; XVII 522 «566-567»).

A Força Aérea Alemã (Luftwaffe) era destinada à defesa e ao bombardeio de precisão; os alemães cooperavam tanto com os russos como com os ingleses na troca de informações técnicas de valor militar até 1938 (IX 45-133 «54-153»; XIV 298-351 «332-389»).

Os alemães jamais fabricaram qualquer coisa próxima ao número de navios e principalmente submarinos (XIV 24 «31») que lhes era permitido sob os termos do Acordo Naval Anglo-Germânico de 1935 (XVIII 379-389 «412-425»). Esse acordo representava o conhecimento, pelos ingleses, de que o Tratado de Versalhes estava desatualizado. Era também a limitação voluntariamente imposta por Hitler ao armamento naval alemão (XIX 224-232 «250-259»).

Quando a guerra irrompeu, muitos encouraçados alemães grandes ainda estavam em construção e tiveram de ser sucateados porque teriam levado anos para completar (XIII 249-250 «279-280»; 620-624 «683-687»). De acordo com declaração assinada por seu capitão, um dos maiores encouraçados da Alemanha, o Gneisenau, se achava em viagem de treinamento perto das ilhas Canárias quando a guerra eclodiu, sem qualquer munição a bordo (XXI 385 «425»).

Hitler era blefador que gostava muito de aterrorizar os políticos com discursos altamente ilógicos e muito contraditórios (XIV 34-48 «43-59»; 329-330 «366»), uns a contradizer os outros (XXII 66-68 «80-81»). Por esse motivo as anotações estenográficas exatas jamais foram feitas antes de 1941 (XIV 314-315 «349-350»).

Muitos "discursos de Hitler" são semi-falsificações ou falsificações completas (XVII 406-408 «445-447», XVIII 390-402 «426-439»; XXII 65 «78-79»).

Os alemães acreditavam que não mais seriam impedidos pelo Tratado de Versalhes porque seus termos -- o preâmbulo à Parte V -- haviam sido violados pelos ingleses e principalmente pelos franceses. O desarmamento alemão deveria ser acompanhado pelo desarmamento geral (IX 4-7 «12-14»; XIX 242 «269», 356 «392»).

Hitler oferecera desarmar-se até a última metralhadora, desde que as outras nações fizessem o mesmo; mas a a Alemanha não podia permanecer para sempre em posição enfraquecida, para ser invadida e esmagada a qualquer momento. A reocupação do Reno trazia à Alemanha uma fronteira natural que protegia o Ruhr e teria sido questão corriqueira para qualquer governo. A Europa Oriental fervilhava em conflito entre estados altamente armados; a Prússia Oriental não era defensável; os poloneses se achavam abertamente a exigir partes da Silésia superior (XII 476-479 «520-524»; XIX 224-232 «249-259», XX 570-571 «623-624»).

O Acordo Franco-Soviético de 5 de dezembro de 1934 violava o Pacto de Locarno, do qual os alemães foram condenados por violação (XIX 254, 269, 277 «283, 299, 308»).

Não se tornava claro se a ocupação do restante da Tchecoslováquia violava o Acordo de Munich (X 259 «293-294»). Isso ocorria porque os russos estavam construindo aeroportos por lá, em colaboração com os tchecos. Estes contavam transformar o restante

da Tchecoslováquia em "porta-aviões" dos quais a Alemanha pudesse ser atacada (X 348 «394-395»; 427-430 «480-484»). Roosevelt declarara que os interesses americanos se estendiam a todo o Hemisfério Ocidental e a Grã-Bretanha proclamara seu domínio sobre metade do mundo; por certo o interesse alemão podia estender-se até a Tchecoslováquia. De Praga a Berlim, por avião, leva-se meia-hora; as ações tchecas estavam claramente ameaçando a segurança alemã.

Não existe coisa tal como o tratado que dure para sempre. De modo geral eles são substituídos por tratados subseqüentes e se tornam obsoletos. Isso em geral é encoberto na linguagem do próprio tratado pelas palavras rebus sic stantibus. Em 1935, Versalhes e Locarno se haviam tornado obsoletos.

ALFRED ROSENBERG & FRITZ SAUCKEL

Assim como Frank, Rosenberg foi acusado de "saquear" e "pilhar" obras de arte. Rosenberg e Frank fizeram ver que a Alemanha tinha de proteger obras de arte, sob os termos da Convenção de Haia, e para fazê-lo se tornava necessário removê-las do cenário de hostilidades. As obras de arte foram cuidadosamente avaliadas, embaladas e reparadas. Se houvesse intenção alemã em "saquear" ou "roubar", não teria sido necessário catalogar essas obras com anotação exata de nome e endereço do proprietário, caso este fosse conhecido.

Diversas obras de arte foram apropriadas por Göring não para seu uso pessoal mas para um museu que Hitler pretendia criar em Linz. Rosenberg protestou contra tal apropriação, dizendo que era seu dever manter as coleções intactas até o final da guerra, na esperança de que o acordo de paz pudesse ser feito com relação a esses objetos.

Rosenberg foi também acusado de roubar milhares de vagões ferroviários cheios de mobília. Tais móveis haviam pertencido a judeus que tinham abandonado os lares ante a chegada dos alemães a Paris. Os apartamentos dos judeus ficaram fechados por 90 dias, após os quais sua propriedade foi confiscada por abandono, já que sua manutenção não podia ser assegurada. Com o tempo passaram a ser usados pelos alemães que haviam perdido seus lares nos bombardeios aéreos. Também então se contava chegar a acordo ao final da guerra.

O ministério de Rosenberg recebeu grande número de queixas, das quais muitas foram investigadas. Numerosas deram por resultado não estarem baseadas em fatos. Em Nuremberg supôs-se simplesmente que todas as queixas fossem "verdadeiras". Cartas enviadas a Rosenberg foram usadas contra ele como provas, embora suas respostas a essas cartas houvessem sido perdidas. As queixas e cartas foram trazidas para provar "participação voluntária no Plano Comum".

Rosenberg foi acusado de conspirar com Sauckel para obter "escravos" para o esforço de guerra, arrecadados dos territórios ocupados. Rosenberg, Sauckel, Speer, Gúring e Seyss-Inquart, todos protestaram que não fosse pelo bloqueio aliado, tal "saque" e "escravidão " não teriam sido necessários; que o bloqueio marítimo era ilegal e causava desemprego em massa nos territórios ocupados; e que os governos de ocupação podem exigir pagamentos em serviços, conforme a Convenção de Haia. Os "escravos" recebiam o mesmo salário que os trabalhadores alemães, que também se achavam sujeitos ao trabalho obrigatório. Funk afirmou que os "escravos" remetiam dois bilhões de Reichmarks em salários às suas famílias (XIII 136 «153»). Seyss-Inquart afirmou que havia 500.000 desempregados na Holanda como resultado do bloqueio e se não fossem dotados de emprego, voluntário ou não, juntar-se-iam ao movimento de resistência, que era ilegal pela Lei Internacional. Tais requisitados se mostravam muito felizes por trabalhar em fortificações alemãs nos

Países Baixos porque isso tornava menos possível que a invasão aliada ocorresse por aquele país (a probabilidade de invasão pelos aliados foi também motivo para a deportação dos judeus holandeses) (XV 662-668 «719-726»; XIX 99-102 «113-115»).

Fritsche e outros afirmaram que os "escravos" podiam ser vistos andando livremente por todas as cidades alemãs (XVII 163-164 «183-184»), tinham bastante dinheiro e controlavam o mercado negro (XIV 590 «649»). Ademais, centenas de milhares desses "escravos" recusavam-se a deixar o país após a guerra, embora seus próprios países tivessem sido "liberados" e a Alemanha estivesse devastada (XVIII 155 «172-173»). Tampouco os "escravos" se revoltaram ao final da guerra (XVIII 129-163 «144-181»; 466-506 «509-554»; XIX 177-216 «199-242»; XXI 471-472 «521-522»).

Sauckel declarou que o recrutamento de "trabalho escravo" na França foi executado pelo governo francês e por organizações colaboracionistas francesas. Muitas pessoas queriam ser "obrigadas", a fim de evitar vingança pela resistência (XV 1-263 «7-290») mas todas receberam os mesmos salários que os trabalhadores alemães e desfrutaram os mesmos benefícios de saúde e termos de contrato. Longe de "saquear" os territórios ocupados, foi preciso importar muito equipamento valioso. Na Rússia tudo havia sido destruído na retirada, pelos russos. Quando os alemães importaram equipamento e depois o retiraram, em sua própria retirada, a isso chamaram "saque" (IX 171-172 «195-196»).

Exemplo de "queixa" que se tornou "crime" foi o caso em que os freqüentadores de teatro se viram, dizia a informação, arrebanhados e levados à "escravidão". Sauckel investigara por alguns meses e descobriu ter sido o caso em que um empreiteiro de mão de obra interrompeu a festa de seus próprios trabalhadores a fim de levá-las a outro local de trabalho (XV 17-18 «25-26»).

A medida que as condições de vida pioravam, tornava-se necessária maior obrigação. Se os aliados tinham o direito de confiscar propriedade dos neutros no mar os alemães tinham o de utilizar os recursos dos territórios ocupados na terra.

Outra acusação contra Rosenberg foi a chamada "Ação Feno" em que 50.000 crianças foram "raptadas" para o "trabalho escravo". Rosenberg e Von Schirach afirmaram, ambos, que se tratava de programa de aprendizado destinado a retirar órfãos da zona de guerra (XI 489-490 «538-539» XIV 501-505 «552-556»). Se o ministério de Rosenberg não retirasse os órfãos da área o Exército o faria.

Uma acusação relacionada a essa é a da organização *Lebensborn*, alegadamente uma trama constituída para raptar recém-nascidos após ser-lhes medida a dimensão dos pênis (de acordo com "historiadores" judeus mentalmente enfermos). O objetivo de tal organização era remover o estigma da ilegitimidade e ajudar as famílias com prole numerosa (XXI 654-664, volumes alemães; nos volumes americanos não aparecem. Ver também o XXI 352 «389».

O julgamento de Rosenberg aparece em XI 444-599 «490-656»; XVIII 69-128 «81-143»).

HJALMAR SCHACHT

Schacht constitui anomalia como acusado, porquanto as acusações contra ele contradizem as acusações apresentadas contra os demais acusados. Enquanto estes eram incriminados por "atos de torpeza moral", tais como aceitar presentes de aniversário; fazer discursos de aniversário; ser fotografados; assinar leis legalmente aprovadas pelo Chefe de Estado; achar-se em acordo político com o Chefe de Estado; ou, em caso contrário, faltar a seu "dever moral" de derrubar e assassinar o Chefe de Estado (obviamente não se trata de um dever imposto pela lei, que possa encontrar apoio da lei). Schacht foi acusado de todas essas coisas e, ademais, de violar seu juramento de lealdade a Hitler e enganar Hitler! Isso foi considerado prova de malignidade especial (XII 597 «652-653»).

A observação feita por ele sobre a necessidade de mentir tem sido amplamente disseminada a fim de provar a duplicidade nazista. Esquece-se que a pessoa a quem se mentia era Hitler.

Schacht ridicularizou uma acusação após outra com suas tiradas e foi ainda mais sarcástico do que Göring. Jackson, todavia, não era dotado de perspicácia bastante para perceber que Schacht o estava fazendo de palhaço (XII 416-493 «454-539»; 507-602 «554-658»; XIII 1-48 «7-58»; XVIII 270-312 «299-342».

A mentira de Jackson, a de que ele obrigara Schacht a "reconhecer que havia mentido", tem sido levada a sério por muitas pessoas que deviam pensar melhor. Jackson mentia habitualmente (como exemplo, II 438 «483»; IX 500-504 «555-559»).

BALDUR VON SCHIRACH

Von Schirach foi acusado de conspirar com milhões de crianças para conquistar o mundo, usando imitações de uniformes de escoteiro. Em sua defesa foi dito que tal conspiração envolvendo milhões de participantes constitui absurdo lógico (XIV 360-537 «399-592», XVIII 430-466 «470-509».

Para adiantar-se em tais objetivos conspiratoriais os participantes se empenhavam em práticas de tiro ao alvo com armas de calibre 22 (XIV 381 «420-421») e entoavam canções que às vezes tinham 300 anos de idade (XIV 474 «521»).

Em Nuremberg os crimes podiam ser encontrados por toda a parte. Nos casos contra a S. A. (Sturm Abteilung), um artigo sobre como cuidar dos pés foi citado a fim de demonstrar a intenção de empenhar-se em "guerra agressiva"

Schirach foi acusado por Hans Marsalek de ter conhecimento de atrocidades, cuja "recordação" assim transcrita de memória, da "confissão" de Ziereis (entre aspas), um ano após Ziereis ter morrido, que foi utilizada contra Kaltenbrunner (XI 330-333 «365-369»; XIV 436-440 «480-485»).

Outro crime cometido por Schirach foi o de ser de baixa estatura e gordo (declaração juramentada de Georg Ziemer, 244-PS, XIV 400-401 «440-441»). Schirach negou isso, a carga de que "um líder estudantil baixote e gordo" fizera discurso anti-semita em algum lugar.

Foi declarado contra Schirach que ele recebera relatórios dos Einsatzgruppen como Gauleiter em Viena. Tais documentos são fotocópias de "cópias autênticas" em papel comum, sem cabeçalho ou assinaturas, preparados por pessoas desconhecidas e descobertos em uma mina de sal (II 157 «185») pelos russos (IV 245 «273», VIII 293-301 «324-332»). Katyn é apresentado como crime alemão (NMT IX 96-117, Julgamento de Otto Ohlendorf).

Aos alemães atribui-se terem eles morto 22.000.000 de pessoas (XXII 238 «270») ou 12.000.000 (XXII 312 «356»), após o que os corpos foram queimados e os documentos sepultados.

Documentos são combustíveis, mas os corpos não. Schirach e Streicher foram ambos enganados na "fotocópia" de documento de Hitler em que este "confessava" mortes em massa (XIV 432 «476»; XII 321 «349»). Já que Hitler era um gênio (X 600 «671-672») e como os gênios não matam milhões de pessoas com escapamento de Diesel e inseticidas que levam 24 horas para matar insetos (Documento NI- 9912), temos que o significado de tal documento foi exagerado. Na verdade, mostra-se típico de Hitler: cheio de linguagem violenta mas falto em teor de fatos. Tampouco é certo que Hitler tivesse equilíbrio mental em 1945 (IX 92 «107»). A "confissão" de Hitler é a "fotocópia autenticada" (Documento 9 da defesa de Streicher, XLI 547).

ARTHUR SEYSS-INQUART

Seyss-Inquart é exemplo do modo como hábitos perfeitamente legais são apresentados e considerados "crimes" quando empreendidos por alemães, enquanto atos idênticos, ou atos criminosos, pelo estatuto do próprio tribunal (tais como bombardeios de Dresden, ilegais sob o Artigo 6(b), (XXII 471, 475 «535, 540») foram tratados como contingências de menor importância na grande cruzada para eliminar o Mal.

Pela lei internacional os governos de ocupação podem legislar como bem entenderem (direito afirmado pelo próprio tribunal, XXII 461 «523», porém contradito em XXII 497 «565-565» e é requerida a obedência à sua autoridade. Eles podem recrutar mão de obra dentro de certos limites, confiscar propriedade do governo, criar impostos para cobrir os custos da ocupação e não se lhes pede que tolerem resistência armada, greves, publicação de jornais hostis ou se empreguem funcionários locais que não atendam às ordens que lhes sejam dadas. Pôr iniciais em documentos ou transmitir ordens não são crimes, pela lei internacional. Seyss-Inquart impediu muita destruição desnecessária ao final da guerra, destruição essa que teria sido ilegal (XV 610-668 «664-726»; XVI 1-113 «7-128»; XIX 46-111 «55-125»).

Como Reichskomissar para a Holanda, Seyss-Inquart transmitiu ordens para executar membros da resistência após serem julgados por atos de sabotagem ou resistência armada, ilegais sob a Convenção de Haia. As execuções foram levadas a efeito após repetidos atos de sabotagem. A isso se chamou "execução de reféns". A palavra "refém", no entanto, é incorreta (XII 95-96 «108», XVIII 17-19 «25-27», XXI 526 «581», 535 «590»).

Para examinar a lei internacional do ponto de vista da promotoria, aceitando a legalidade de suas ações, ver V 537 «603-604. A acusação reconheceu que os membros da resistência podem ser executados (V 405 «455-456»).

A IV Convenção de Haia sobre Guerra Terrestre, de 18/10/1907, contém cláusula sobre a participação de todos (Art. 2); beligerantes que a violem podem ser levados a pagar indenização (Art. 3); proíbe bombardeios "por quaisquer meios" de cidades abertas, monumentos culturais (Arts. 23, 25, 27, 56). Não foi ratificado por Itália, Grécia, Bulgária, Iugoslávia. Foi ratificado pela Rússia tzarista.

ALBERT SPEER

Albert Speer foi condenado por conspirar na escravização de milhões de pessoas nas indústrias alemãs de armamento, onde eram obrigadas a dormir em "mictórios" (Documento D-288, declaração juramentada do Dr. Wilhelm Jäger) e eram torturadas em caixas de tortura produzidas em massa e disfarçadas como armários normais (as "camuflagens" bizarras servem para permitir a apresentação de objetos comuns como "provas" esmagadoras) (Documentos USA-894, 897).

Com relação a essa acusação Speer declarou:

"Encaro essa declaração como mentira... Não é possível arrastar o povo alemão na sarjeta de tal maneira" (XVI 543 «594»).

Speer era o tipo de homem bem-sucedido em qualquer sistema. Sempre afirmava nada saber sobre os "extermínios" mas disse que teria sabido se os prisioneiros houvessem sido cremados usando-se bombas atômicas (uma alucinação de Robert Jackson, XVI 529-530 «580»).

Speer declarou ter tramado para assassinar Hitler usando gás nervoso altamente sofisticado (XVI 494-495 «542-544»). A trama falhou porque o gás só podia ser ativado em altas temperaturas (XVI 529 «579»). Na verdade o gás Zyklon apresenta problema semelhante, já que o líquido deve evaporar-se e só o faz vagarosamente, a não ser que seja aquecido. A magia técnica alemã e o adiantamento industrial em geral tornam ridícula qualquer idéia de um "holocausto" usando inseticida ou escapamento de Diesel. Seria mais difícil "arrastar o povo alemão na sarjeta" se houvesse menor número de pessoas hipócritas e oportunistas como Albert Speer (XVI 430-588 «475-645»); XIX 177-216 «199-242»).

JULIUS STREICHER

Julius Streicher foi enforcado por "incitar ao ódio racial", crime que se torna cada vez mais popular. A acusação contra Streicher é notável, pelo fato de que as nações que pregam a a separação entre Estado e Igreja e a liberdade de expressão e imprensa viessem a conspirar com os judeus e comunistas para enforcar um homem, tendo ele expresso opiniões das quais não se alegou estarem destituídas de verdade.

Um dos crimes de Streicher foi a publicação de suplemento de "assassinato ritual", atribuído aos judeus, em seu jornal anti-semita, Der Sturmer. Ficou expressamente reconhecido pela acusação que suas ilustrações eram autênticas (V 103 «119») e que o artigo tinha referências corretas. Entre as referências de Streicher achava-se pelo menos um erudito, o Dr. Erich Bischof, de Leipzig, e também procedimentos legais modernos (IX 696-700 «767-771»). Percebeu-se que investigar a validade de tais referências teria indevidamente prolongado o julgamento, de modo que o artigo não foi apresentado como sendo inverídico. Em vez disso a acusação se saiu com prodigioso ato de telepatia mental e Streicher foi enforcado pelos seus alegados processos e motivações mentais.

Outro crime de Streicher foi o de chamar o Velho Testamento de "romance criminoso horrível... Esse 'livro santo' está cheio de assassinato, incesto, fraude, roubo e indecência". Nenhuma prova foi apresentada para rebater seu ponto de vista (V 96 «112»).

Streicher tornou-se famoso como "pornógrafo", "pervertido sexual" e "trapaceiro". A "coleção pornográfica", recebendo melhor exame, mostrou ser o arquivo que seu jornal, *Der Sturmer,* recolhera de fontes judaicas (XII 409 «445»). A acusação de "pervertido sexual", fortemente acentuada pelos russos, teve por origem o chamado Relatório Göring, uma medida disciplinar trazida por um dos muitos inimigos de Streicher. A acusação foi abandonada em Nuremberg e retirada dos registros do julgamento; a Streicher foi dito que não precisava responder qualquer pergunta relacionada a tal acusação (XII 330, 339 «359, 369»).

A "trapaça" em propriedade foi igualmente tirada do Relatório Göring e se relacionava a caso isolado, que tinha a ver com os Mars Works. O homem responsável pelas acusações contidas no relatório, por mera questão de coincidência, era o mesmo responsável pela compra efetuada e apresentava como acusação contra Streicher (V 106 «123»). Tal relatório afirma que as ações haviam sido devolvidas e o dinheiro despendido por Streicher por elas, 5.000 Reichmarks, lhe fora devolvido após a investigação.

Streicher dava a seus gerentes comerciais completo poder para fazer o que quisessem, dizendo-lhes: "Não me ocupem com questões de negócios. Existem coisas mais importantes que o dinheiro". Afirmava ele que seu jornal era publicado em casa alugada e

assim foi até o fim da guerra. Não se tratava de jornal do partido e Streicher nada tinha a ver com a guerra.

Um dos empregados de Streicher apresentou-se como testemunha e declarou: "Quem conhece Herr Streicher como eu conheço, sabe que Herr Streicher jamais tirou coisa alguma de judeu" (XII 385-386 «420»).

A segunda esposa de Streicher, Adele Streicher, apresentou-se para dizer: "Acho inteiramente impossível que Julius Streicher tenha adquirido ações desse modo. Acredito que ele nem saiba dizer como é uma ação" (XII 391 «426»).

Não foi alegado em Nuremberg que Streicher houvesse escrito todos os seus artigos e publicações. *Trau keinem Fuchs auf grüner Heid, und keinem Jud' bei seinem Eid*, traduzido pela promotoria como "Não confies numa raposa, seja lá o que tu fizeres, nem ainda no juramento de qualquer judeu" (XXXVIII 129) tomou seu título de Martinho Lutero, *Der Giftpitz* (O fungo venenoso) e foi escrito por um dos redatores de Streicher, inspirando-se em famoso atacante de crianças, o industrial judeu, Louis Schloss (XII 335 «364-365»).

Mais tarde Schloss foi assassinado em Dachau, o que se tornou outra "atrocidade nazista". No debate da acusação quanto ao assassinato de Schloss jamais é mencionado que ele foi um atacante sexual de crianças; em vez disso foi insinuado que Schloss fora morto por ser judeu e não por outro motivo (Documento 664-PS, XXVI 174-187).

Nexo causal algum foi em qualquer momento mostrado entre Streicher, Frank ou Rosenberg em suas crenças anti-semitas e a comissão de qualquer crime. Tampouco ficou provado que o crime em causa (isto é, o chamado "Holocausto") tenha de fato sido cometido. Isso foi suposto e os escritos de Streicher foram encarados como tendo ajudado a "causá-lo".

Streicher fez diversas observações "altamente impróprias", que foram retiradas dos anais do julgamento e pelas quais foi advertido, com o consentimento de seu advogado, o Dr. Marx. Uma dessas observações foi apagada após o quinto parágrafo da página 310 do volume XII dos anais compostos «página 337 linha 30 dos anais alemães», mas pode ser encontrada às páginas 8494-5 dos anais mimeografados americanos. Streicher disse:

"Se eu puder terminar agora com a descrição de minha vida, será com a descrição de uma experiência que lhes mostrará, cavalheiros do tribunal, que sem que o governo quisesse, coisas podem ter acontecido e que não são humanas, não de acordo com os princípios da humanidade. Cavalheiros, eu fui preso e durante meu internamento passei por coisas pelas quais nós, da Gestapo, temos sido acusados. Por quatro dias fiquei sem roupa numa cela, queimaram-me, fui jogado ao chão e uma corrente de ferro posta sobre mim. Tive de beijar os pés de negros que cuspiam em minha cara. Dois homens de cor e um oficial branco cuspiram em minha boca e quando eu não mais a mantive aberta eles a abriram com um pedaço de pau e quando pedi água fui levado à latrina e me disseram para beber do vaso sanitário".

"Em Wiesbaden, cavalheiros, um doutor se apiedou e digo aqui que era o diretor judeu do hospital, que agiu corretamente. Declaro aqui, para não ser mal compreendido, que os oficiais judeus que nos estão guardando aqui na prisão agiram corretamente e os médicos também me trataram e são dotados de consideração. Os senhores podem ver, nestas minhas declarações, o contraste entre aquela prisão e este momento".

Outra observação "imprópria" de Streicher foi apagada após o primeiro parágrafo à página 349 do Volume XII «página 379 nos anais alemães» e aparece nos anais mimeografados americanos, à página 8549:

"Assim sendo, para evitar qualquer mal-entendido, tenho a declarar que fui espancado em Freising, tanto que por dias seguidos, sem roupas, perdi 40% de minha audição e as pessoas riem quando faço perguntas. Não foi minha culpa que me tratassem assim. Por isso peço que me façam a pergunta outra vez".

Ao que o coronel Griffith Jones respondeu:

"Posso mostrar-lhe e repetiremos a pergunta tão alto quanto quiser".

Como se tratava de questão dentro do conhecimento pessoal de Streicher, e não por ouvir dizer, mostra-se difícil atinar com o motivo pelo qual tais observações foram apagadas, enquanto que informações de oitiva, favoráveis à acusação, foram mantidas (na verdade, a carga feita pela promotoria consiste em pouco mais, além de oitiva oral e escrita). Se a acusação não acreditou no depoimento de Streicher, de que havia sido torturado, tinha liberdade de interrogá-lo quanto às incoerências e mostrar que estava mentindo; em vez disso foi simplesmente repreendido e tais trechos apagados. A isso chamam verdade, justiça e julgamento justo...

Streicher afirmou que suas exigências pelo "extermínio" dos judeus foram causadas em sua maior parte pelas incursões aliadas de bombardeio e conclamações, feitas no exterior, de extermínio do povo alemão, por parte dos adversários.

"Se na América um autor chamado Erich Kaufmann pode publicamente exigir que todos os homens na Alemanha capazes de fazer filhos sejam esterilizados com o objetivo de exterminar o povo alemão, nesse caso eu digo, olho por olho, dente por dente. Esta é uma questão literária teórica" (XII 366 «398-399»). (V 91-119 «106-137»; XII 305-416 «332-453»; XVIII 190-220 «211-245»).